

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MILENA REZENDE NOGUEIRA

**A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NA CAXEMIRA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE O DISCURSO DE NARENDRA MODI**

GOIÂNIA

2023

MILENA REZENDE NOGUEIRA

**A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NA CAXEMIRA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE O DISCURSO DE NARENDRA MODI**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2023

Nogueira, Milena Rezende. 2023.

A securitização do terrorismo na Caxemira: um estudo de caso sobre o discurso de Narendra Modi / Milena Rezende Nogueira– Goiânia, 2023.
Total de folhas: 61 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023.

1. teoria da securitização. 2. terrorismo. 3. Narendra Modi. 4. Índia. 5. Caxemira. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. A securitização do terrorismo na Caxemira: um estudo de caso sobre o discurso de Narendra Modi.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MILENA REZENDE NOGUEIRA

A SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO NA CAXEMIRA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE O DISCURSO DE NARENDRA MODI

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado.

Aprovada em 06 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (Avaliador - PUC Goiás)

Prof. Me. Guilherme Augusto Batista Carvalho (Avaliador - PUC Goiás)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e aos meus amigos que tanto me ajudaram nessa jornada. Obrigada pelo companheirismo e pelo suporte que vocês sempre me dão. Eu amo muito vocês.

Agradeço aos meus orientadores da monografia e da iniciação científica, respectivamente, Giovanni Hideki Chinaglia Okado e Pedro Araújo Pietrafesa. Obrigada pelo apoio e ensinamentos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de securitização do terrorismo na Caxemira durante o governo de Narendra Modi. A pesquisa é qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e no estudo de caso, investigando a pergunta: como Narendra Modi securitizou o terrorismo na Caxemira? A hipótese é que o primeiro-ministro da Índia conduziu o processo securitizante por meio de rede social e apresentou a juventude caxemire como objeto referente do terrorismo. Apesar de haver dificuldades em definir o fenômeno, o terrorismo na região tem raízes históricas, diretamente relacionadas com a formação do estado e a independência da Índia, e pode ser caracterizado como separatista e religioso. No entanto, desde a chegada de Modi ao poder, a incidência de ataques terroristas no país tem sido mais elevada em outras regiões e perpetradas por grupos atuantes fora do território em litígio com o Paquistão. Ainda assim, o mandatário indiano promoveu mudanças nas leis antiterroristas, revogou a autonomia da Caxemira e concentrou o combate nesse território. Conclui-se que a securitização do terrorismo promovida por Modi resultou em medidas extraordinárias distorcidas que prejudicaram a população caxemire, particularmente a juventude, em vez de protegê-la.

Palavras-chave: teoria da securitização; terrorismo; Narendra Modi; Índia; Caxemira.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the process of securitization of terrorism in Kashmir during the Narendra Modi government. The research adopts a qualitative approach, relying on literature review and case study, aiming to address the question: how did Narendra Modi securitize terrorism in Kashmir? The hypothesis posits that the Indian Prime Minister lead the securitization process through social networks, framing the Kashmiri youth as the referent object of terrorism. Despite the difficulties in defining the phenomenon, terrorism in the region has historical roots directly linked to the state's formation and India's independence, characterized as separatist and religious. However, since Modi took office, the incidence of terrorist attacks in the country has been higher in other regions, perpetrated by groups operating outside the disputed territory with Pakistan. Nevertheless, the Indian leader implemented changes in anti-terrorism laws, revoked Kashmir's autonomy, and focused on combatting terrorism in that territory. It is concluded that Modi's securitization of terrorism resulted in distortionary extraordinary measures that harmed the Kashmiri population, particularly its youth, instead of protecting them.

Keywords: securitization theory; terrorism; Narendra Modi; India; Kashmir.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de ataques terroristas na Índia, 1970-2020.....	36
Figura 2 – Alvos dos ataques terroristas, 1970-2020.....	37
Figura 3 – Ataques perpetrados por grupos terroristas, 1970-2020.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A ESCOLA DE COPENHAGUE, A SECURITIZAÇÃO E O TERRORISMO.....	11
1.1 A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO.....	12
1.2 OS CONCEITOS DO TERRORISMO.....	16
1.3 A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO APLICADA AO TERRORISMO.....	21
2 A HISTÓRIA DA ÍNDIA E DA CAXEMIRA, A GUERRA INDO-PAQUISTANESA E O TERRORISMO.....	25
2.1 INDEPENDÊNCIA INDIANA E AS PRIMEIRAS INCIDÊNCIAS DE GRUPOS TERRORISTAS NO TERRITÓRIO.....	26
2.2 O CASO DA CAXEMIRA E A GUERRA INDO-PAQUISTANESA.....	30
2.3 A EVOLUÇÃO DO TERRORISMO NA ÍNDIA E NA CAXEMIRA.....	35
3 O TERRORISMO NO GOVERNO DE NARENDRA MODI: DAS MUDANÇAS NAS LEIS ANTITERRORISTAS À SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO CAXEMIRE	44
3.1 AS LEIS ANTITERRORISTAS INDIANAS	45
3.2 A ASCENSÃO DE NARENDRA MODI.....	48
3.3 O PROCESSO SECURITIZANTE DE NARENDRA MODI.....	50
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

A Escola de Copenhague desenvolveu a teoria da securitização que lida com “velhas” e “novas” ameaças a partir de meados da década de 1980. Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998) foram os principais autores dessa teoria abrangente dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) e desenvolveram os setores de análise da teoria securitária, assim como os elementos mais relevantes usados para estudar tal abordagem: ator securitizante, objeto referente, discurso de segurança e medidas extraordinárias. Logo, a securitização do terrorismo na Caxemira cabe ser abordada aqui, visto que o discurso securitizante realizado pelo primeiro-ministro, Narendra Modi, tornou o assunto prioritário na agenda governamental e legitimou a implementação de medidas extraordinárias, como a revogação da autonomia da região.

Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), a análise recai sobre o discurso ou *speech act* (ato de fala) realizado por um agente securitizante que sinaliza o que ou quem está ameaçando a existência de um objeto referente. O processo então se inicia com a observação de uma ameaça existente e intersubjetiva, dado que ela é um perigo reconhecido por diferentes indivíduos ou grupos. Por meio do discurso, o agente deve apresentar as ameaças e as medidas para o enfrentamento do problema e uma audiência legitimamente constituída – por exemplo, o Congresso Nacional ou a opinião pública – deve aprovar tais medidas, pois, caso contrário, ocorrerá o agravamento da situação e risco à sobrevivência do objeto referente.

Considerando a teoria da securitização, propõe-se a investigar a seguinte questão neste trabalho: como Narendra Modi securitizou o terrorismo na Caxemira? A hipótese é que o primeiro-ministro da Índia conduziu o processo securitizante por meio de rede social e apresentou a juventude caxemire como objeto referente do terrorismo. Logo, trata-se de um caso de securitização no setor societal, na medida em que tal objeto representa uma comunidade identitária. O resultado desse processo foi a implementação e duas medidas imediatas pelo governo de Modi, recorrendo, inclusive, às forças de segurança da Índia: a revogação do artigo 370 da constituição indiana, retirando a autonomia administrativa de Jammu e da Caxemira, e a ampliação das leis antiterroristas nacionais.

Metodologicamente, esta pesquisa é do tipo qualitativa, conforme Gary King, Robert O. Keohane e Sidney Verba (1994), e se dedica a implementar distintas abordagens analíticas em torno de um único caso. Especificamente, adota-se, neste trabalho, o estudo de caso interpretativo em consonância com a tipologia de Arend Lijhart (1971), pois a proposta é explicar de acontecimentos à luz de uma teoria, não se debruçando sobre a criação de uma teoria, aqui representada pela securitização, da Escola de Copenhague. As fontes bibliográficas

coletadas são, predominantemente, livros, artigos, jornais e relatórios que tratem de questões teórico-conceituais (securitização e terrorismo), históricas (formação da Índia, conflito indo-paquistânês e terrorismo no país e na Caxemira) e de discursos promovidos pelo governo Modi.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trará a abordagem da teoria securitária, em seguida, o impasse em encontrar uma definição para o terrorismo, depois, as divergências e as convergências entre os autores que exploram tal assunto e, por último, como empregar a teoria da securitização em casos que envolvem o terrorismo. Ao estudar o caso indiano, define-se um conceito a ser aplicado à situação e uma fonte de dados que permita a observação da incidência dos ataques nesse território. Dessa maneira, a definição de Saint-Pierre (2015) e os dados do GTD (2023) constituem as escolhas conceituais para a investigação empírica neste trabalho.

O segundo capítulo terá como foco inicial o estudo do contexto histórico da Índia, antiga colônia britânica, e o surgimento de grupos terroristas antes da independência. Na próxima seção, demonstrar-se-á a história da Caxemira como epicentro do conflito entre Índia e Paquistão e o crescimento de grupos separatistas e fundamentalistas islâmicos. O recorte temporal escolhido para esse estudo é de 1970 ao início da década de 2020, contendo dados sobre os tipos de ataques, os grupos mais evidentes e os alvos desses atos violentos. O terrorismo é um fator recorrente no país e que acarreta preocupações constantes na atualidade.

Por último, o terceiro capítulo abordará o tratamento conferido ao terrorismo no âmbito do sistema judiciário indiano, examinando as leis antiterroristas e o contexto em que elas foram criadas. Depois, o capítulo discorrerá sobre a trajetória de Narendra Modi a partir dos cargos que ocupou e o desenvolvimento de suas habilidades de comunicação usando a tecnologia. Por fim, se explicará o processo de securitização do terrorismo na Caxemira com base na teoria da Escola de Copenhague.

1 A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO, A SECURITIZAÇÃO E O TERRORISMO

Ao final da década de 1980, os teóricos se preocuparam em ampliar as questões de segurança nas Relações Internacionais. A ampliação das preocupações sobre as “velhas” e “novas ameaças” geraram novas perspectivas teóricas e uma delas foi a Escola de Copenhague. Temas como o terrorismo despontaram no sistema internacional como uma “nova ameaça” para a sobrevivência de valores, indivíduos ou coletividades em outros setores da segurança, além do político e militar. O objetivo do primeiro capítulo será examinar como foi elaborada a teoria da securitização pelos estudiosos da Escola de Copenhague, os conceitos de terrorismo que serão usados no estudo de caso da Caxemira e como será empregado o arcabouço teórico dessa escola no âmbito do terrorismo.

A primeira seção do capítulo estudará as origens da teoria da securitização e os seus aspectos centrais dessa perspectiva teórica. De acordo com os principais autores da teoria, será exposto que existem diferentes setores da segurança, sendo eles o setor militar, político, econômico, ambiental e societal, envolvendo distintas preocupações em termos de ameaças e objetos referentes (Buzan, Weaver, Wilde, 1998). Para os autores da Escola de Copenhague, a securitização ocorre depois que um ator entende algo como ameaça a existência de um objeto de referência e, por meio de um discurso, defende a adoção de medidas extraordinárias para o enfrentamento dessa ameaça.

Na segunda seção serão apresentados alguns autores que trabalham com o debate teórico-conceitual sobre o terrorismo e as dificuldades que a academia tem de definir esse problema. Em seguida, justificar-se-á a utilização de dois conceitos, a definição de um autor e de um banco de dados sobre a incidência do terrorismo na Índia, para realizar as análises sobre o estudo de caso na Caxemira.

A terceira seção desse capítulo abrangerá a estrutura teórico-conceitual para analisar o terrorismo na Caxemira por meio da securitização. Parte-se do pressuposto de que a ameaça terrorista na região pode ser compreendida no âmbito do setor societal. Antes de propor essa estrutura, examinar-se-ão dois trabalhos que estudam o processo de securitização do terrorismo, o primeiro deles na Organização da Cooperação de Xangai e o segundo em organizações regionais africanas (Oliveira, 2014; Oliveira, 2019).

1.1 A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO

A Escola de Copenhague incluiu em seus estudos, não apenas ameaças militares, mas também questões que envolvem outros setores que compreendem o mundo contemporâneo. Criada em 1985, essa escola apresentou novas concepções teóricas para analisar a segurança internacional, de modo que a contribuição mais relevante para este trabalho é a teoria da securitização.

A crise armamentista de Berlim e a crise dos mísseis em Cuba na década de 1960, ocasionada pelas disputas entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria, levantaram questionamentos sobre as contribuições dos Estudos Estratégicos. Ao contrário do que essa perspectiva se propunha a investigar, as preocupações com as dinâmicas de segurança começaram a extrapolar a proteção do estado, a preservação da soberania e a manutenção da integridade territorial (Tanno, 2003).

Em seguida, na década de 1970, a crise da economia estadunidense e as duas crises do petróleo ocasionaram em preocupações acerca da segurança econômica internacional. Na década seguinte, a evolução das preocupações ambientais, que adquiriram maior relevância com a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, passou a incluir “recursos, meio ambiente e ameaças não militares” (Duque, 2009, p. 464). Com isso, surgiram temas no âmbito dos Estudos de Segurança Internacional que elaboraram uma visão mais contemporânea sobre as “novas ameaças”¹ e atores da segurança internacional.

Se, inicialmente, a expressão “segurança” era debatida no âmbito acadêmico com foco no setor militar e no estado, como era defendido pelos Estudos Estratégicos, na década de 1980, novas ideias estenderam as interpretações sobre essa expressão, indo além da guerra e incorporando questões sociais, humanas, alimentares, econômicas, ambientais, entre outras (Duque, 2009).

Com o surgimento do *Conflict and Peace Research Institute* (COPRI), também conhecido como Escola de Copenhague, em 1985, despontaram pesquisas sobre a paz com o intento de reconsiderar a participação europeia no contexto de pós-Guerra Fria. O COPRI procurava compreender a segurança internacional e a reformulação das relações internacionais, dessa forma, a academia precisava se desvincular do viés estadunidense, pois os teóricos dessa região trabalhavam apenas com “aspectos estratégicos e militares” (Tanno, 2003, p. 49). Até então, os institutos dos Estados Unidos haviam recebido mais investimentos em comparação

¹ As “novas ameaças” são fatores contemporâneos e emergentes na segurança internacional que podem afetar os setores da sociedade, como as mudanças climáticas, as pandemias e a cibersegurança.

com os institutos europeus e, conseqüentemente, produziram trabalhos com os seus vieses, partindo da realidade estadunidense (Duque, 2009; Tanno, 2003).

Assim, novos conceitos teóricos partindo de uma perspectiva europeia surgiram para analisar a segurança, como complexo regional de segurança², segurança social e securitização. Em torno desses conceitos, a Escola de Copenhague se consolidou nos Estudos de Segurança Internacioanl, sendo os principais contribuintes dessa escola os teóricos Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (Tanno, 2003).

Sob a perspectiva da Escola de Copenhague, o conceito de segurança social surgiu após os conflitos identitários na Iugoslávia, Romênia e União Soviética. Em decorrência dessas disputas, o conceito foi definido como o poder da sociedade de preservar a sua identidade frente às ameaças, sejam elas reais ou potenciais (Buzan e Hansen, 2012). Percebe-se que esse termo foi um conceito ampliador acerca da segurança de um novo ator, a identidade nacional, e do setor societal. Dessa forma, Buzan e Hasen (2012) afirmam que a sociedade seria o objeto de referência da segurança social.

Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), a natureza da segurança infere que as ameaças podem ser reais ou não, sendo que o fator identitário e não material, era o aspecto ameaçado. A Escola de Copenhague está atrelada ao construtivismo, vertente contrária ao que o realismo³ defendia, que busca entender o mundo social a partir das estruturas ideacionais e processos intersubjetivos (Duque, 2009).

A visão construtivista tornou possível a assimilação das instituições, interesses e ideias contidas nas relações socialmente construídas. É possível analisar as condições presentes na formação de identidades e interesses, logo, as estruturas e agentes se constroem no processo social. As teorias clássicas falharam em entender a segurança para além da força militar, integridade territorial e soberania, enquanto a teoria da securitização compreendeu a segurança de novos setores e atores participantes dos processos socialmente estabelecidos (Duque, 2009).

Para Buzan, Waever e Wilde (1998), o processo de securitização acontece em consequência de uma ameaça reconhecida por um indivíduo como um perigo. A ideia de ameaça é considerada subjetiva, visto que os indivíduos e instituições julgam ameaças conforme as construções sociais e processos intersubjetivos comuns para um determinado

² Não cabe explicar o complexo regional de segurança neste trabalho. Para se aprofundar no tema, recomenda-se a leitura da obra de Buzan, Waever e Wilde (1998).

³ O realismo é da vertente racionalista das relações internacionais, pois acredita que as variáveis materiais são mais importantes para o sistema internacional do que as ideacionais. Além disso, os agentes dotados de racionalidade tomam decisões e agem dentro das estruturas e usam o elemento causal para explicar eventos nas relações internacionais. Os principais autores dessa premissa são: Hans Morgenthau, E. H. Carr e Kenneth Waltz (Duque, 2009).

grupo. Esta visão está relacionada com a corrente construtivista, abordagem que considera as construções sociais e capacidades materiais adquirem sentido quando acompanhadas pelas ideias que o grupo obtém. Nesse sentido, o discurso ou *speech-act* (ato de fala) se tornou importante dentro do arcabouço teórico (Duque, 2009).

O processo de securitização nada mais é do que a apresentação de um tema de segurança em um setor específico. Para realizar uma securitização é preciso exercer três etapas, sendo elas: “ameaça existencial, ação de emergência e efeitos nas relações interunidades ao quebrar as regras” (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p. 26; tradução livre)⁴. Portanto, é preciso de um indicador para que seja identificada uma ameaça e, nesse caso, não cabe utilizar soluções normais, por conseguinte, ela se torna algo importante para o setor onde incide a ameaça. Logo, Buzan, Waever e Wilde (1998) consideram a ameaça como algo socialmente construído e, por meio do “ato de fala”, pode-se identificar a securitização, ou seja, o ato de se transformar um tema questão de segurança.

No processo de securitização, é o agente securitizador quem percebe um tema como ameaça e apresenta um discurso de urgência, mas isso não acarreta implicações políticas senão houver aceitação pública. Ao longo do processo, obrigatoriamente, deve haver a aprovação social de uma ameaça existencial. A relação entre público e privado, no âmbito dessa teoria, se apoia na ideia de que as ameaças são intersubjetivas, logo, compartilhadas dentro de um conjunto constituído por diversas partes que exercem distintas funções (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

A securitização não é um procedimento comum, o seu teor de urgência e enfrentamento da ameaça por meios extraordinários não aparece em processos de politização. A não politização refere-se à ausência de consideração política em relação a um assunto específico, mantendo-o fora da esfera de preocupações governamentais ou de segurança. A politização ocorre quando um problema é reconhecido como relevante no âmbito político, sendo deliberado dentro das estruturas políticas, mas ainda não é percebido como uma ameaça direta que exige medidas excepcionais, como ocorre nas questões securitárias (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

A partir da abrangência fornecida pela abordagem de Copenhague, Buzan, Waever e Wilde (1998) dividiram a agenda de segurança em setores para entender melhor as ameaças. A análise setorial é uma das características dessa perspectiva e mostra que, com o alargamento do objeto de estudo da segurança, se adicionaram novos atores e dinâmicas nos Estudos de

⁴ No original: “(...) *existential threats, emergency action, and effects on interunit relations by breaking free of rules*”.

Segurança Internacional. Assim, cada setor conta com determinados objetos de referência e ameaças (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

É por meio do ato de fala que o ator securitizante enuncia a ameaça ao objeto e, ao fazer isso, identifica o setor que esse objeto pertence à questão de segurança. Dessa forma, o discurso securitizador pode ser feito sobre os seguintes setores: militar, ambiental, econômica, societal e política (Buzan, Waever e Wilde, 1998). O primeiro setor abrange relações de poder e o objeto de referência é quase sempre o estado, mas podem ser as entidades políticas, como as forças armadas. O segundo setor compreende a interação ser humano-biosfera e existem várias possibilidades de objetos referentes que vão de tipos de espécies a ambientes onde os seres vivem. O terceiro explora as relações econômicas e de trocas, porém, esse é o mais difícil de incluir os objetos referentes, podendo envolver, por exemplo, as instituições bancárias ameaçadas pela falência ou leis que proíbem a existência dessas instituições. O quarto é sobre conjunto de identidades, que não requerem o estado para a sua existência, como nações e religiões. O último é sobre soberania, território e instituições, sendo as ameaças à existência nesse setor a instabilidade política e conflitos internos e externos (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

Quadro 1. Setores de securitização da Escola de Copenhague

Setores	Objeto de referência	Ameaças
militar	Estado e forças armadas	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos armados
ambiental	Espécies, ecossistemas, biomas, biosfera etc.	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas • Poluição ambiental • Esgotamento de recursos (energia, comida) • Conflitos relacionados à problemas ambientais • Desastres naturais
econômico	Estabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Crises econômicas globais
societal	Identidades coletivas	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos separatistas • Mudanças culturais causadas pela globalização • Migração
político	Soberania, território e instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade política • Conflitos interno e externos

Fonte: elaboração própria a partir de Buzan, Waever e Wilde (1998)

Em suma, a teoria da securitização ajuda a perceber a dinâmica entre ameaças, ações políticas e a aceitação social. Para que um tema seja securitizado, ele deve extrapolar o âmbito do simples problema com uma resolução política e ser percebido como uma ameaça existencial que exige ação imediata e extraordinária. Essa percepção não se limita apenas ao agente securitizador, mas depende crucialmente da aceitação social, demonstrando que as ameaças são construções intersubjetivas compartilhadas dentro de uma sociedade (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

Neste trabalho, entende-se que o terrorismo surgiu como uma ameaça nos setores societal e político, pois ameaça a existência de coletividades e do próprio estado. Assim, a definição do conceito é algo conturbado por diversos motivos, um deles é o uso pejorativo da palavra. Apesar de não haver um consenso, existem divergências e concordâncias em como definir e lidar com esse assunto.

1.2 OS CONCEITOS DO TERRORISMO

Terrorismo é um termo amplamente trabalhado no meio acadêmico e não existe um consenso em torno de sua definição, é visto que alguns autores classificam o fenômeno como operações no âmbito da guerra irregular, enquanto outros focam no elemento terror e seu nível de atuação. Os exemplos mencionados demonstram as dificuldades que os estudiosos têm de estabelecer uma única conceituação para a palavra, razão pela qual se faz necessário revisitar obras acerca do conceito, verificando as divergências, convergências e complementariedades.

Assim, Saint-Pierre (2015), Rogers (2008), Crenshaw (1981) e Gray (2007) afirmam que o terrorismo precisa ter o elemento do medo, já que um dos principais objetivos dos grupos terroristas é chocar o público. Meios de comunicação e a publicidade facilitaram as atividades dos terroristas, o que torna mais simples para a infiltração de grupos violentos nas sociedades que garantem amplo acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

A questão do terror psicológico é considerada pelos autores um fator dificultador na definição consensual sobre terrorismo. A violência gera um medo em um grande grupo de pessoas, com o objetivo de atingir o psicológico de um grupo maior do que as vítimas de um ataque (Rogers, 2008). O dano psicológico que essa forma de violência causa nos indivíduos é a razão pela qual os terroristas a praticam, porém, o traço subjetivo faz com que fatores pessoais, funcionais e culturais obscureçam termo (Crenshaw, 2015).

Outro problema identificado em definir o terrorismo é o sentido depreciativo que a expressão ganhou ao longo do tempo. Ao utilizar a palavra “terrorismo”, ela é aplicada a partir

da perspectiva dotada de agressividade contra o outro e aponta uma natureza subjetiva. O inimigo sempre é aquele que está fora, mas outro grupo pode identificar organizações terroristas como benfeitoras, por isso o emprego da subjetividade da ameaça terrorista (Saint-Pierre, 2015). Esse elemento dificulta o consenso nas definições, pois se criou um sentido ruim em torno desse rótulo, sendo assim, Gray (2007) prefere usar o termo “soldados” ao tratar sobre o uso dessa tática de guerra, em virtude da subjetividade do termo.

Saint-Pierre argumenta que é necessária uma definição extensional para o terrorismo, isto é, a enumeração das características extensivas que levou à inclusão do elemento no grupo. Definir as características que fazem com que um elemento seja ou não parte do conjunto colaboram para “provocar pânico nos povos, confusão nas políticas de defesa e erros fatais nas decisões estratégicas” (Saint-Pierre, 2015, p.13). A diferenciação de um grupo, estabelecendo uma lista, é catalisador das estruturas que usam medidas para diferenciar amigos e inimigos. Os terroristas não consideram a si mesmos como “ruins”, por essa razão, é difícil estabelecer um ponto de inflexão para o terror. Portanto, as variáveis pessoais, funcionais e culturais são os aspectos que Saint-Pierre (2015) indica ao empregar a definição extensional.

Essa definição Saint-Pierre (2015) explora o uso do terrorismo como um adjetivo para denotar ações violentas que buscam chocar a população e a insegurança que provoca a incerteza sobre a vulnerabilidade que a população apresenta. Assim como Gray (2007), ele explica que as atitudes seriam táticas de guerra para alcançar um objetivo político, por exemplo. Dessa forma, “permite a decisão política, portanto, arbitrária, da inclusão ou não de grupos políticos no conjunto dos grupos de terroristas”, sem o uso de limites morais para delimitar quem entra ou não na lista de terroristas (Saint-Pierre, 2015, p. 24).

Para Crenshaw (1981), o terrorismo pode ser observado por uma ótica diferente. A atenção que essas organizações violentas recebem é a principal causa para os atos que elas cometem, por isso a repercussão midiática é um problema do mundo globalizado contemporâneo. Os terroristas usam essa ferramenta como fonte de divulgação para recrutar mais pessoas que se identificam com as causas políticas do grupo. Sendo assim, esses grupos violentos possuem motivações compatíveis e usam a violência para alcançar os objetivos comuns entre os membros. Dessa forma, o grupo terrorista é uma coletividade que representa:

[...] uma pequena minoria de pessoas com antecedentes pessoais semelhantes, que vivem as mesmas condições, das quais se poderia esperar que chegassem a conclusões idênticas com base no raciocínio sobre a utilidade do terrorismo como técnica de influência política (Crenshaw, 1981, p. 389, tradução nossa).⁵

⁵ No original: “a small minority of people with similar personal backgrounds, experiencing the same conditions, who might thus be expected to reach identical conclusions based on logical reasoning about the utility of terrorism as a technique of political influence.”

Segundo Rogers (2008), o terrorismo tenta causar medo, mas o motivo pelo qual são cometidos atos terroristas está na motivação política que eles buscam. Cada grupo possui uma motivação, mas o terrorismo sub estatal, aquele ataque provocado por grupos que não estão associados ao governo, pode ser dividido em dois ramos, o primeiro é aquele que busca provocar mudanças estatais e societais, nesses casos, costuma ser baseado em ideologias e pensamentos radicais. O segundo ramo do terrorismo sub estatal é aquele que procura mudar um aspecto identitário, sendo questões separatistas as principais motivações para as ocorrências dos ataques.

O terrorismo pode estar associado a outros termos, importantes para o contexto da guerra irregular. Gray (2007) afirma que o terrorismo é um exemplo de violência irregular, podendo ou não usar o combate de guerrilha⁶. O terrorismo tem como propósito causar medo em um grande público, pois “[os terroristas] nunca podem infligir danos suficientes aos seus inimigos para conseguir vencer pelo uso da força, provavelmente nem mesmo se empregarem uma arma de grande destruição (por exemplo, um dispositivo nuclear). Os terroristas só podem vencer politicamente, se puderem vencer em todos” (Gray, 2007, p. 256).⁷ Logo, a insurgência pode usar a tática do terror para vencer as forças estatais, já que o terrorismo seria uma das técnicas militares que os grupos irregulares utilizam.

A guerrilha e o terrorismo, e até mesmo as chamadas forças especiais dos estados são, segundo o autor, consideradas exemplos de atores irregulares. Entretanto, o autor faz um adendo no que se refere a esses conceitos, pois as técnicas militares que podem ser aprendidas, mas a insurgência não. O autor reitera que a insurgência é mais especializada do que o terrorismo, de forma que “[...] se o terrorismo for mal gerido pelo Estado, a autoridade oficial a resposta permitirá, talvez desencadeará, a mobilização em massa do público. O resultado será a criação de uma insurgência popular, provavelmente acompanhada de terrorismo.” (Gray, 2007, p. 247, tradução nossa).⁸

Apesar de não haver um consenso sobre o que é o terrorismo, tanto autores quanto organismos e tratados internacionais se empenharam em definir o terrorismo. As Nações Unidas, como a organização internacional que inclui a participação de diversos países, alcança

⁶ Termo definido como o tipo de guerra feita por forças irregulares. É uma técnica que pode ser ensinada e usada por qualquer tipo de força, regular ou irregular (Gray, 2007).

⁷ No original: “*They can never inflict sufficient damage upon their enemies to be able to win by force, probably not even if they employ a weapon of mass destruction (e.g., a nuclear device). Terrorists can win only politically, if they can win at all.*”

⁸ No original: “[...] *if terrorism is handled poorly by the state, the official response will enable, perhaps trigger, mass mobilization of the public. The result will be the creation of a popular insurgency, probably accompanied by terrorism.*”

uma definição sobre os atos perpetrados para facilitar a cooperação internacional no combate ao terrorismo. Levando em consideração essa perspectiva e as mudanças que ocorreram depois de 2001, a definição das Nações Unidas modificou e incluiu ações que incitam o governo a tomar ou abdicar de uma decisão. Todavia, o elemento psicológico que incita medo em um grande público está presente na noção de terrorismo para a ONU e dentro do que foi exposto sobre os outros autores (Saint-Pierre, 2015; Rogers, 2008; Gray, 2007; Crenshaw, 1981).

É importante lembrar que, antes do atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque, especificamente até o ano de 1994, a Organização das Nações Unidas (ONU) definia o terrorismo como “atos criminais intencionais ou calculados para provocar o terror generalizado em um público, grupo ou indivíduos com algum objetivo político” (Nações Unidas, 2008, p. 6; tradução livre)⁹.

No entanto, em 2004, o Conselho de Segurança, órgão das Nações Unidas responsável pela manutenção da paz mundial, redefine o que seria essa ação para:

[...] atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção causar morte ou lesões corporais graves, ou fazer reféns, com a propósito de provocar um estado de terror no público em geral ou num grupo de pessoas ou pessoas específicas, intimidar uma população ou obrigar um Governo ou uma organização internacional fazer ou abster-se de fazendo qualquer ato. (Nações Unidas, 2008; p. 6; tradução livre)¹⁰

Além disso, as bases internacionais de dados passaram a se dedicar ao estudo do fenômeno do terrorismo. O *Global Terrorism Database* (GTD), por exemplo, foi elaborado para monitorar os ataques que ocorrem no mundo. Desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Maryland, esta fonte de dados sobre o terrorismo busca catalogar ataques terroristas que ocorreram de 1970 até a atualidade. Dessa maneira, para adicionar dados sobre o terrorismo internacional no site do GTD, os acontecimentos precisam estar de acordo com a definição dessa base.

Para o GTD (2021), atos terroristas são “a ameaça ou utilização real de força e violência ilegais por um interveniente não estatal para atingir um objetivo político, econômico, religioso ou social através do medo, coerção ou intimidação” (GTD, 2021, pg. 11, tradução nossa)¹¹. Além disso, o acontecimento precisa ser calculado por um indivíduo ou grupo, não é possível

⁹ No original: “*criminal acts intended or calculated to provoke a state of terror in the general public, a group of persons or particular persons for political purposes*”.

¹⁰ No original: “*criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a Government or an international organization to do or to abstain from doing any act*”.

¹¹ No original: “*The GTD defines a terrorist attack as the threatened or actual use of illegal force and violence by a nonstate actor to attain a political, economic, religious, or social goal through fear, coercion, or intimidation.*”

ser realizado por um Estado e precisa ter certo grau de violência ou ameaça contra uma pessoa ou propriedade.

Nesse ínterim, o Conselho de Segurança não abrange o terrorismo estatal nas suas pesquisas, assim como o GTD também não o considera. No que tange ao tipo de violência, o primeiro define como ato terrorista qualquer ação violenta com o objetivo de provocar um grupo ou obrigar um governo ou organização a tomar uma decisão, no entanto, o segundo não inclui a intimação do estado ou organização. Dessa maneira, os conceitos se diferem no propósito que tal ação irá gerar no final, sendo que a lógica do primeiro conceito é mais objetiva.

Retornando ao debate acadêmico, o medo é a principal característica do terrorismo apresentada nessa seção como o ponto convergente entre as obras dos autores. Esse elemento, atrelado à divulgação midiática e aos meios de comunicação, ajuda na propagação das ideias junto ao público, uma vez que a intenção é causar um choque em um grande número de pessoas (Saint-Pierre, 2015; Rogers, 2008; Gray, 2007; Crenshaw, 1981). O uso pejorativo é o segundo elemento comum nas obras analisadas. A agressividade adotada é acompanhada pelo juízo de valor pessoal que utiliza o termo “terrorista”, no entanto, essa palavra é subjetiva, pois essa denominação é sempre daquele que é o inimigo (Saint-Pierre, 2015; Gray, 2007).

Entretanto, as definições se divergem em alguns aspectos. Enquanto Saint-Pierre (2015) julga o terrorismo como o medo e insegurança que provoca o questionamento acerca da vulnerabilidade das vítimas, Crenshaw (1981) afirma que são grupos criminosos que atuam para alcançar um objetivo em comum entre os participantes. Por outro lado, Rogers (2008) afirma que os terroristas são grupos sub estatais com motivações estatais, societais e identitárias e Gray (2007) classifica como uma tática de guerra para causar medo generalizado e pode ser usada por grupos insurgentes na luta contra as forças regulares. Além dessa conceituação, a ONU (2008) definiu como atos que provocam terror com fim de intimidar ou atingir um objetivo político e o GTD conceituou como uma ameaça ou uso da força para obter um objetivo político, econômico, religioso ou social.

Neste trabalho foi usada a teoria de Saint-Pierre (2015) e a definições usadas pelo *Global Terrorism Database*. A razão pela qual se usa ambas as referências se dão pelos registros de grupos terroristas com motivações políticas e religiosas na Caxemira e a incidência de ataques terroristas nesse local desde 1970, ano em que o GTD começou a registrar o fenômeno do terrorismo.

1.3 A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO APLICADA AO TERRORISMO

A teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague ajuda a perceber como um assunto transcende de uma esfera para outra e as ações que sucedem. Com isso, a securitização concentra-se na investigação do ato de fala para mostrar um determinado assunto se torna um problema de segurança em um setor específico (político, econômico, ambiental etc.), quando assim apresentado por um ator securitizante e legitimado por uma audiência. Essa perspectiva possibilita compreender dinâmicas que abrangem diferentes atores, objetos de segurança e setores.

Antes de estabelecer uma moldura teórico-conceitual própria para analisar a securitização do terrorismo na Caxemira, convém revisitar trabalhos que propuseram uma investigação semelhante, porém, para tratar de outros atores, regiões e processos. Luciana Oliveira (2014), por exemplo, aborda a securitização do terrorismo pela Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e seus efeitos políticos. Essa organização internacional cofundada por duas potências, a Rússia e a China, conta com outros países membros – Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Paquistão e Índia – e observadores – Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia – pretende combater as ameaças dispostas no primeiro artigo da carta constitutiva: o separatismo, o terrorismo e o extremismo.

Nesse viés, a securitização a Cooperação é feita por meio da análise dos documentos firmados sobre assuntos específicos, como os Tratados do período do Grupo Xangai-5 (1996 e 1997), a Convenção de Contraterrorismo (2001) e o Tratado de Longo Prazo de Boa Vizinhaça, Amizade e Cooperação (2007). Entre esses discursos o terrorismo é tratado como tendo relação com extremismo e o separatismo, já que os países-membros possuem problemas relacionados com essas questões. Logo, o terrorismo não é uma ameaça à organização e sim aos países participantes dela (Oliveira, 2014).

Portanto, o discurso ou ato de fala, como é usado pelos estudiosos da Escola de Copenhague, é feito por meio de tratados que promovem o enfrentamento da questão, logo, a audiência que legitima tal discurso é composta pelos estados-membros da OCX. Nesse caso, o objeto referente são os países que têm a sua existência ameaçada por grupos terroristas. Para isso, essa organização tem como princípio a luta contra as ameaças à integridade territorial e à autodeterminação dos Estados que fazem parte dela, sendo esses os objetos de referência da securitização (Oliveira, 2014).

As declarações e os documentos da Organização de Cooperação de Xangai são as confirmações de que os atores securitizadores são os estados-membros, portanto, são aqueles

que pretendem solucionar o problema das ameaças a soberania e integridade dos países dessa organização. Em 2006, existiam 14 grupos terroristas que atuavam em territórios de países-membros e diversos grupos tinham motivações separatistas, levando a entender que essas organizações são uma ameaça existencial (Lanteigne, 2007 *apud* Oliveira, 2014). Dentro das definições da teoria da securitização, é possível perceber a característica de atores funcionais, pois a mídia reproduz os discursos desses atores que envolvem a audiência regional e nacional, ou seja, os objetos de referência, os países-membros (Oliveira, 2014).

Já os atores funcionais são aqueles que não fazem parte do processo em si e não são atores securitizadores, mas contribuem para a securitização, são eles: os meios de comunicação e as pessoas e grupos que empregam o terrorismo. Visto isso, “soma-se a esses aspectos contextuais internos dos membros dessa organização, a conjuntura internacional pós-Guerra Fria e, especialmente, pos-11/09, como aspectos facilitadores da securitização [...]” (Oliveira, 2014, p. 96).

Assim como Juliana Oliveira (2014) fez ao estudar o fenômeno da securitização do terrorismo na OCX, Guilherme Oliveira (2019) estudou essa teoria a partir de organizações regionais africanas. Ao analisar a tese de Oliveira (2019), a securitização do terrorismo no continente africano ocorreu com intervenção externa dos Estados Unidos e pouca eficácia na atuação das pautas antiterroristas. Até a década de 1990, criaram-se leis antiterror depois que alguns eventos preocupantes ocorreram nos países desse continente, com destaque para a “crise de reféns em Uganda, em 1976; a questão de Lockerbie, envolvendo a Líbia, na década de 1980; e casos de radicalismo islâmico, na Argélia, no início dos anos 1990” (Oliveira, 2019, p. 153). Dessa forma, urgiu-se o processo securitizante para proteger a população desses estados.

Além disso, a atuação dos Estados Unidos sobre os programas e iniciativas incorporados nas organizações regionais africanas de combate ao terrorismo é um fator que persistiu devido à “guerra ao terror”. No entanto, isso não ocorreu no caso securitizante analisado por Oliveira (2019), que não houve intervenção de nenhum país.

A exemplo das organizações da África que realizaram o processo securitizante, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, na sigla em inglês) identificou a ameaça ao setor social e com a assinatura do Mecanismo de Prevenção, Resolução, Gestão, Manutenção de Paz e Segurança de Conflitos, em 1999. Assim, o combate do terrorismo internacional na região entrou nesse mecanismo como um dos objetivos que os membros da organização devem extinguir, porém não diz quais são os métodos que devem ser efetivados (ECOWAS, 2018 *apud* Oliveira, 1999).

Esse mecanismo criado pelo ECOWAS previa a identificação de potenciais focos de extremismos e terrorismo na região, assim como previa a resolução pacífica para conflitos que podem ser explorados por grupos terroristas. O Mecanismo de Prevenção, Resolução, Gestão, Manutenção de Paz e Segurança de Conflitos incluía também as possibilidades de resposta às crises para lidar com ameaças, como o terrorismo, procurando proteger o objeto de referência, os países-membros da organização africana.

Em conjunto com a Comunidade Econômica dos Estados da África Central, foi realizada uma Cúpula Conjunta para determinação da Declaração de Lomé sobre Paz, Segurança, Estabilidade e Luta contra o Terrorismo e o Extremismo Violento. No preâmbulo do acordo foi confirmado a natureza inter e trans regional dos desafios à paz, à segurança e à estabilidade das regiões participantes. Para combater os problemas, eles determinaram:

[...] o estabelecimento e o fortalecimento, no nível nacional, de sistemas de alerta prévio e de resposta rápida; no nível regional, de sistemas de monitoramento de crises e de resposta rápida, e no nível inter-regional, de um Grupo Conjunto de Anciões, responsável por atuar nas áreas de diplomacia preventiva, facilitação e mediação de crises em ambas as regiões (ECOWAS. ECCAS, 2018 *apud* Oliveira, 2019, p. 181).

No entanto, o autor afirma que a securitização do terrorismo na África foi apenas parcial e com a intenção de aumentar o protagonismo desses países nas esferas de influência internacional. Nesse ínterim, os Estados Unidos tiveram uma atuação considerável nas decisões de combate ao terrorismo nesses países, uma vez que eles acreditavam que países fracos são “propensos à existência e operação de organizações consideradas terroristas, bem como à disseminação de ideologias extremistas e violentas” (Oliveira, 2019, p. 190).

Ao examinar o discurso que grandes potências realizaram sobre o terrorismo nesses dois casos, pode-se identificar a presença do ator securitizante, objeto de referência e ato de fala, além das etapas: processamento da ameaça, ação imediata e efeitos sobre as coletividades. Os atores securitizantes são os estados-membros das organizações, sendo esses aqueles que realizam declarações e assinam os tratados para o combate do terrorismo. Sendo assim, as medidas extraordinárias são os organismos e tratados criados para combater o terrorismo no âmbito da OCX e das organizações regionais africanas (Oliveira, 2014; Oliveira, 2019).

Ao usar a securitização para analisar o fenômeno do terrorismo, pode-se perceber os conceitos usados na primeira seção desse capítulo. Os termos característicos desse arcabouço teórico são: ator securitizante, ameaça, objeto referente, setor de análise e as medidas extraordinárias (Buzan, Waeber e Wilde, 1998). Logo, os elementos da teoria e os conceitos de

terrorismo são analisados a partir do discurso feito pelo Narendra Modi acerca do fenômeno, visto a incidência do mesmo na região disputada com o Paquistão.

Diante da análise sobre como ocorre a securitização do terrorismo nos casos da OCX e africanos, o terrorismo se apresenta como uma ameaça para populações e países, pois no caso da Caxemira, o setor societal é considerado pertinente por Modi, enquanto nas pesquisas de Oliveira (2014) e Oliveira (2019) o setor político é apontado como relevante pelas organizações estudadas.

Portanto, a teoria formulada pela Escola de Copenhague explica como os objetos de referência existentes nesses setores podem ser ameaçados. No caso da Caxemira, a securitização apresenta uma tentativa de inibir o perigo do terrorismo por meio de medidas extraordinárias que impeça o alastramento do problema. Visto a complexidade de conceituar o terrorismo, necessita-se analisar a evolução do fenômeno e como ele surgiu na região analisada nesse trabalho, a Caxemira, a partir das definições de Saint-Pierre (2015) e do GTD (2021).

Os elementos essenciais da teoria securitária se encontram no estudo de caso da Caxemira, uma vez que um líder político indiano, Narendra Modi, realiza uma postagem nas redes sociais mencionando a proteção da juventude caxemir perante o perigo terrorista. Essa ocorrência gera uma ação imediata identificada como a revogação de um artigo importante para a autonomia da Caxemira e a ampliação das leis antiterroristas na Índia, mas que também se aplica à região separatista.

2 A HISTÓRIA DA ÍNDIA E DA CAXEMIRA, A GUERRA INDO-PAQUISTANESA E O TERRORISMO

O segundo capítulo deste trabalho se dedicará à explicação do surgimento do Estado da Índia, bem como do atrito indo-paquistanês no Vale da Caxemira e o surgimento de grupos terroristas que atuam nesse território disputado. Ao contextualizar o conflito entre os dois países, evidencia-se a aparição de organizações fundamentalistas islâmicas subsidiadas pelo governo paquistanês e equipadas pelos grupos radicais do Afeganistão durante a Guerra Fria.

As inferências sobre o terrorismo serão feitas com base na extração de dados do *Global Terrorism Database* (GTD), que reúne informações sobre a incidência do terrorismo no mundo. Estará presente neste capítulo gráficos elaborados para mostrar alguns fatores importantes sobre o terrorismo na Índia, tais como os tipos de ataque e quem são as vítimas mais afetadas pelo problema.

A primeira seção pretenderá contextualizar as lutas anticoloniais que ocorriam no subcontinente indiano antes de 1947, ano que marcou o surgimento dos Estados indiano e paquistanês. O terrorismo era um fenômeno presente nesse período, porém, motivado por reivindicações contra autoridades locais, e não com motivação religiosa, como é observado atualmente.

A segunda seção do capítulo examinará o caso da Caxemira, desde o surgimento da dinastia Dogra até o final das guerras entre Índia e Paquistão. O líder Sigh governou a região por anos e, ao decidir a qual país a Caxemira se uniria em 1947, optou pelo lado indiano. A vontade da população local não foi considerada, apesar do pedido por um plebiscito feito pelas Nações Unidas anos após a partilhada região. Um dos problemas evidenciados nas quatro guerras indo-paquistanesas pela Caxemira é o surgimento de grupos terroristas.

A seção seguinte será dedicada à evolução do terrorismo na Índia e à presença de dois tipos de grupos terroristas, de um lado os separatistas e do outro os fundamentalistas islâmicos. Assim, procurar-se-á identificar os grupos terroristas presentes no site *South Asia Terrorism Portal* (SATP), incluindo o *National Socialist Council of Nagaland - Khaplang*, o *Kamtapur Liberation Organisation* e o *United Liberation Front of Asom*.

Além disso, elucidará a existência do segundo grupo como uma consequência do financiamento dos Estados Unidos e da aproximação de organizações afegãs e paquistanesas. Esse capítulo trará à tona também informações sobre a questão da ajuda do próprio governo do Paquistão em equipar e treinar grupos fundamentalistas islâmicos para lutar contra o governo indiano nas guerras pelo território do vale caxemire.

2.1 INDEPENDÊNCIA INDIANA E AS PRIMEIRAS INCIDÊNCIAS DE GRUPOS TERRORISTAS NO TERRITÓRIO

O processo de independência da Índia foi sinuoso, marcado por protestos e discordâncias acerca da partilha do subcontinente. A Índia é um país conhecido pela sua diversidade cultural, sendo assim, a separação da região da Caxemira foi um processo demorado e que gerou diversos problemas, incluindo o terrorismo e a marginalização da comunidade muçulmana em detrimento da maioria hindu no subcontinente asiático.

Em 1857, um grupo de soldados chamados de sipaios iniciou uma revolta em Deli que resultou na morte de oficiais ingleses. Essa revolta ficou conhecida como Revolta dos Sipaios e foi a primeira aparição de um movimento anticolonial dentro das fronteiras do que hoje se denomina de Índia (Rob, 2007; Chandra *et al.*, 2016).

Os guerreiros indianos eram alistados ao exército britânico na Índia, logo, eles recebiam um salário e conviviam em campos só para soldados que estavam em treinamento. No entanto, a remuneração recebida do Raj britânico, como era denominado o governo da Coroa britânica, era baixa. O salário ínfimo que era pago para os guerrilheiros de infantaria foi um dos motivos das revoltas. Havia relatos que os sipaios recebiam 7 rupes por mês e pagava pelo seu uniforme, comida e equipamento da sua montaria. Além disso, a convivência entre diferentes culturas, religiões e classe sociais gerou diversas brigas entre os soldados (Chandra *et al.*, 2016).

Esses problemas motivaram ideias contra a colonização do Reino Unido e a administração que o país implantou na Índia. Insatisfeitos, os aristocratas e chefes feudais também apoiaram as revoltas dos grupos insurgentes que surgiram nas regiões (Rob, 2007). A junção de líderes do país inteiro corroborou para o surgimento de partidos políticos, como ocorreu com o Congresso Nacional (Khan e Liu, 2014).

O Congresso Nacional Indiano foi criado em 1885 por 72 políticos, com influência de membros do Raj britânico. Allan Octavian Hume, por exemplo, foi um britânico que chegou nas terras indianas para exercer um cargo no Serviço Civil Indiano, diante disso, ele tinha influência política significativa e desejava a criação de um fórum de discussão com os líderes dos principados do subcontinente. Houve outras organizações políticas, mas eram compostas por agregações identitárias específicas, a exemplo das *All India Muslim League*¹², cuja principal

¹² O *All India Muslim League* era partido político era formado por líderes muçulmanos e defendiam os direitos políticos e sociais desse grupo no contexto do domínio colonial britânico. Eles também participaram de um movimento a favor da pela criação do Paquistão após a partilha do território (Junior, 2010).

atuação foi a reivindicação, durante o processo de independência, de um país inteiramente muçulmano (Bose, 2003).

A constituição de uma unidade governamental durante o período colonial britânico ajudou na criação de grupos liberalizantes e revolucionários que surgiram com o decorrer desse processo. Além disso, Chandra *et al.* (2016) afirmam que o estabelecimento de um Congresso foi efeito de um despertar político que ocorreu nessa época, e que, posteriormente, ajudou na independência do país e a partilha de seu território.

Portanto, o Congresso tinha o propósito de buscar maiores oportunidades econômicas e sociais equitativas para os indianos, assim como direito ao autogoverno, mas acima de tudo, criar uma nação e torná-los independentes dos britânicos. Essa associação partidária tinha noção da diversidade cultural, econômica e religiosa do país, mas ela precisava encontrar uma maneira de unir as partes, para isso, as diferentes sessões do Congresso seriam compostas por governantes de todas as regiões do território, incluindo participantes da *All India Muslim League* (Khan e Liu, 2014). Em 1888, foi realizado uma reunião que definiu uma lei a favor das minorias dentro da política. Pela primeira vez, criou-se uma instituição que defende a união política e nacional desse território. Visto isso,

O primeiro passo num movimento nacional é dado quando os ‘comunicadores’ do sentimento nacional ou da identidade nacional começam a organizar o povo. Mas para poder fazê-lo com sucesso, estes “comunicadores” ou líderes devem eles próprios estar unificados; devem partilhar uma identificação coletiva, isto é, devem conhecer-se uns aos outros e partilhar e desenvolver uma visão, perspectiva e sentido de propósito comuns, bem como sentimentos comuns (Chandra *et al.*, 2016, p. 51, tradução nossa).¹³

Dessa forma, os líderes nacionalistas que surgiram durante a pré-independência lutavam para desenvolver uma base política democrática e secular, educar o povo e formar a sede de um movimento anticolonialista. Os movimentos revolucionários nacionalistas foram fundamentais para criar a concepção de governo próprio e independência das forças externas britânicas (Chandra *et al.*, 2016).

Após a anulação do Congresso, devido a questões conflitantes internas e rivalidades entre as diferentes etnias de governantes que ali havia, o terrorismo surgiu na Índia como uma maneira de revolução sem o aparato dos partidos políticos (Bose, 2003). Tendo isso em vista, jovens de Bengala, que pertenciam a uma linha mais radical do Congresso, foram julgados pelo

¹³ No original: “*The first step in a national movement is taken when the ‘carriers’ of national feeling or national identity begin to organize the people. But to be able to do so successfully, these ‘carriers’ or leaders must themselves be unified; they must share a collective identification, that is, they must come to know each other and share and evolve a common outlook, perspective, sense of purpose, as also common feelings*”.

crime de terrorismo ao se revoltarem contra as autoridades desse estado. Um dos fatores defendidos pelos extremistas do Congresso Nacional era o “auto sacrifício” da juventude contra a liderança da administração britânica, tais ocorrências eram registradas pela imprensa.

O jornal Yugantar noticiou o ataque policial durante a Conferência de Barisal¹⁴ com a chamada: “os trinta milhões de pessoas que habitam a Índia devem levantar os seus sessenta milhões de mãos para acabar com esta maldição de opressão. A força deve ser interrompida pela força” (Chandra *et al.*, 2016, p. 123, tradução nossa)¹⁵. Essas ocorrências foram os primeiros casos de terrorismo já registrado na Índia, antes mesmo dessa se tornar um país, dessa forma, as motivações para tais atos giravam em torno da ideia nacionalista e de se opor aos dirigentes e autoridades britânicas.

Desde então, houve ataques violentos como o ataque contra o vice-governador de Bengala em 1907, que não foi bem-sucedido, no entanto, causou medo na população. Outro episódio ocorreu em 1908, executado pelos jovens ativistas, Prafulla Chaki e Khudiram Bose, contra uma carruagem que carregava Kingsford, o juiz de Muzzafarpur. Ainda que os perpetradores não tenham alcançado seu objetivo, causaram a morte de duas mulheres inglesas, de modo que o primeiro agressor cometeu suicídio e o segundo foi julgado e enforcado. Ao mesmo tempo, surgiram os grupos revolucionários que não utilizavam a violência como nos casos já citados, tais como o Movimento de Não-Cooperação¹⁶ e o Gandhian¹⁷ (Chandra *et al.*, 2016).

Posteriormente, o partido político do Congresso Nacional retomou as suas atividades e com a ajuda de líderes mais influentes, como Mahatma Gandhi, Jawaharlal Nehru, Sardar Patel e outros, e adotou uma abordagem de resistência não violenta, usando estratégias como a desobediência civil, boicotes e protestos pacíficos para desafiar o Raj britânico (Khan e Liu 2014). Esses movimentos revolucionários ocorreram entre 1920 e 1930 e causaram uma campanha em larga escala pela independência da Índia. Em 1939, a Segunda Guerra Mundial

¹⁴ Conferência realizada em 1896, durante o domínio britânico na Índia. Teve a participação dos principais líderes de Bengali, que discutiram sobre questões sociais, culturais, educacionais e políticas enfrentadas pela comunidade bengali (Chandra *et al.*, 2016).

¹⁵ No original: “*The thirty crores of people inhabiting India must raise their sixty crores of hands to stop this curse of oppression. Force must be stopped by force*”.

¹⁶ Política de desobediência civil criado pelo líder Mahatma Gandhi e o Congresso Nacional contra o Raj britânico que durou de 1920 até 1922. Nesse movimento, os civis indianos desobedeciam a regras, boicotavam produtos britânicos, não pagavam impostos e incentivavam a promoção da cultura e indústria indiana (Chandra *et al.*, 2016).

¹⁷ Método criado pelo líder indiano Mohandas Karamchand Gandhi, mas comumente chamado de Mahatma Gandhi, que estimulava os seus seguidores a agir contra o Raj sem o uso da violência. Outro princípio de resistência e justiça era a desobediência civil e boicote a produtos manufaturados pelos colonizadores, para esta figura política, a unidade indiana era fundamental para a unificação do país e expulsão do governo colonizador (Chandra *et al.*, 2016).

tomou a atenção e recursos da Coroa britânica, fazendo com que as reivindicações pela autonomia se tornassem realidade em 1947 (Kahn, 2007).

A centralização do poder em torno de uma única autoridade no território indiano, todavia, foi demorada e marcada por anseios separatistas em regiões específicas, como no caso da Caxemira. As etnias continuaram a se enfrentarem dentro das fronteiras determinadas pelos colonizadores. Assim, a pressão política para a criação de um país muçulmano, visto que essa era uma parcela significativa da população, culminou em reuniões com a presença de líderes dos principados britânicos. Como será visto na próxima seção, a Caxemira era de maioria muçulmana, mas governada por Hari Singh, que era de etnia sique. Por pressão externa, ele escolheu a Índia para governar a região (Gungaly, 1998).

No dia 3 de junho de 1947, o governador-geral da Índia, Louis Mountbatten, e outros governantes dos principados da região noticiaram o plano de divisão do território entre a população hindu e muçulmana, respectivamente, Índia e Paquistão (Kahn, 2017). Nesse ínterim, o Congresso desejava ter uma união dos povos e as províncias queriam a emancipação total, com o governo separado dos outros grupos religiosos. Portanto, multidões pró-Paquistão manifestaram o seu desejo de ter um território muçulmano, separado de outros grupos étnicos e religiosos (Alves, 2017).

Somente no dia 17 de agosto de 1947, as fronteiras foram marcadas durante uma comissão que reuniu mapas de diversos censos demográficos organizados por representantes do Raj (Alves, 2017). Para Chandra *et al.* (2016), o período compreendido entre o dia 3 e 17 de agosto foi desastroso, porque alguns governantes das províncias acreditavam que a divisão pacífica levaria mais tempo do que esperado, já que a multiculturalidade foi desconsiderada, o que moveu uma onda de protestos e violência durante a partilha das terras. Os acordos foram realizados com demasiada pressa e, dentro de um ano, os partidos políticos definiram as fronteiras do que seria a Índia e o Paquistão (ocidental e oriental) (Alves, 2017).

Para Kahn (2017), a violência étnica sobressaiu no processo de partilha do território que hoje é a Índia e o Paquistão. Esses dois Estados surgiram ao mesmo tempo, dessa maneira, antes do acordo ser definido, houve questionamentos sobre quais critérios seriam adotados para traçar as fronteiras do vale caxemire, o geográfico ou o identitário. As guerras entre os Estados foram motivadas pelos recursos hídricos presentes nessa região, além das questões históricas e religiosa, que serão exploradas na segunda seção do capítulo (Harshe, 2005).

O terrorismo na região da Caxemira está ligado ao sinuoso processo de partilha entre os Estados. Os ataques terroristas, contudo, tonaram-se mais frequentes em meio ao conflito entre Índia e Paquistão. Os grupos predominantes no território da Caxemira estão ligados a questões

religiosas e ao governo central paquistanês, como se verá mais adiante. Antes disso, faz-se necessária uma apresentação sobre o conflito entre os Estados que disputam o vale.

2.2 O CASO DA CAXEMIRA E A GUERRA INDO-PAQUISTANESA

O Vale da Caxemira é um território montanhoso disputado pela Índia e Paquistão há muitos anos. O território está situado nas proximidades da cordilheira do Himalaia, além de possuir uma grande população, há rios, tal qual Jhelum, Chenab, Ravi, Beas e Sutlej, que são fontes importantes de água para os civis que habitam o sul asiático (Harshe, 2005). Ademais, esse conflito geoestratégico ganhou destaque nos Estudos sobre Segurança Internacional em 1998, após os países envolvidos fazerem testes com armas nucleares (Gungaly, 1998; Junior, 2010).

Esse conflito remonta a dominação do império Mongol da Índia que chegou a conquistar as terras que hoje seriam da Caxemira durante o século XVI. Séculos depois, o guerreiro de etnia sique, Ranjit Singh, estabeleceu um pequeno império na região norte e noroeste da Índia, criando a cidade de Lahore, em Punjab. Após a morte do fundador de Lahore, o guerreiro hindu da dinastia Dogra, Gulab Singh, lutou contra o Raj britânico que desejava acabar com o poder sique. Depois de várias batalhas, foi assinado o Tratado de Amritsar entre Gulab Singh e os britânicos, a partir desse acordo, por meio do qual o guerreiro hindu estabeleceu uma nova dinastia no Vale da Caxemira e na região Gilgit (Bose, 2003).

Acima de tudo, o conflito caxemire é predominantemente religioso. Durante vários séculos que a dinastia Dogra governou as suas terras, os muçulmanos foram servos das elites locais, que eram minoria em um território governado por uma dinastia hindu (Wirsing, 2008 *apud* Junior, 2010). A continuidade da administração hindu frustrou as intenções que os líderes muçulmanos tinham antes da independência, logo, as reivindicações de separação realizadas pelos partidos políticos foram incessantes.

Em 1932, Sheikh Mohammed Abdullah ajudou na criação da *All-Jammu and Kashmir Muslim Conference* (Conferência Muçulmana Toda-Jammu e Caxemira, traduzido livremente), que era interligada com a Liga Muçulmana, partido que defendia os direitos dos islâmicos na Índia e a criação do Paquistão. Mais tarde, esse partido político mudou o nome para *All-Jammu and Kashmir National Conference* (Conferência Nacional de Toda-Jammu e Caxemira, traduzido livremente), tornando-se mais inclusiva com políticos de outras religiões, além de defender a autonomia da região dentro do subcontinente (Junior, 2010).

Ademais, na década de 1940, foi criado o movimento *Naya Kashmir* (Nova Caxemira, traduzido livremente), que determinou as suas políticas no manifesto lançado em 1944, *Quit Kashmir* (Sair da Caxemira, traduzido livremente). Liderado pelo líder Abdullah, o movimento pretendia lutar a favor de um governo descentralizado, assim, os principados poderiam ter mais poder administrativo e decisório sobre as políticas de seu território, além disso, o manifesto também defendia a reforma agrária (Bose, 2003).

Entretanto, em 1941, os britânicos realizaram uma pesquisa durante o governo do marajá¹⁸ Hari Singh, último herdeiro de Gulaf Singh, que evidenciou uma mudança nas políticas locais. O debate político sobre os direitos islâmicos foi levantado pelo líder Sheikh Mohammed Abdullah, que veio de uma família islâmica e lutava por melhores condições para o seu grupo religioso (Bose, 2003).

Segundo Bose (2003), as reformas de Abdullah almejavam expulsar o regime autoritário da dinastia Dogra, acabando com o Tratado Amritsar, assinado séculos antes e que submetia os muçulmanos à elite hindu e à fraca economia baseada na agricultura. Com isso, os protestos de 1946 ansiavam a queda do governo autoritário do Vale da Caxemira, que sofreu uma intervenção militar por meio da qual líderes do partido da *All-Jammu and Kashmir National Conference* foram presos, incluindo Abdullah.

A dinastia foi derrubada após a saída dos britânicos do subcontinente indiano. O término do Raj britânico indicou o surgimento de dois Estados, Índia e Paquistão, sendo os critérios religioso e geográfico definiram as fronteiras entre ambos os países. Dessa forma, Jammu e Caxemira formavam um grande principado no subcontinente em comparação com os 562 principados governados por líderes hindus, muçulmanos, siques e outros grupos identitários (Bose, 2003). A divisão ficou a critério dos governantes, cada um deveria escolher entre o país hindu e o país muçulmano, mas tendo em conta também os fatores geográficos e o interesse da maioria da população (Junior, 2010).

Antes de se retirar do cargo o governante, Hari Singh, tinha que escolher qual país o Vale iria fazer parte, esse diferenciava dos outros locais, pois, apesar da população ser maioria muçulmana, Singh era da etnia hindu. Todavia, o governante assinou o Instrumento de Adesão, incluindo o Vale na lista de terras concedidas à Índia (Kahn, 2017). Nesse viés, o exército indiano estaria a postos para uma ofensiva contra as forças paquistanesas, caso ocorresse uma invasão de território, fato consumado em 1948, um ano após a independência da Índia e do Paquistão (Bose, 2003; Ganguly, 1998).

¹⁸ Marajá é um termo para os líderes dos principados do subcontinente indiano (Bose, 2003).

A Primeira Guerra Indo-Paquistanesa se instaurou em 1948, quando o Paquistão conseguiu dominar as terras na parte oeste da Caxemira (Ganguly, 1998). Iniciou-se um período de guerra por procuração, apresentada pela atuação de forças irregulares na guerra entre os dois Estados. As forças não estatais financiadas e treinadas pelo exército do Paquistão, acreditando que apenas com a utilização de ajuda externa eles seriam capazes de manter a guerra contra as forças indianas. Para motivar tais grupos a lutarem esse conflito, o governo criou a ideia de anti-hinduísmo no Paquistão, tal fator desenvolveu o sentimento de nacionalismo e de luta pelo inimigo externo, a Índia (Kahn, 2017).

Após a Primeira Guerra, a questão da Caxemira foi levada à Organização das Nações Unidas (ONU) pelo então primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, em 1948. Para lidar com as tensões separatistas, a ONU criou a *UN Commission on India and Pakistan* (Comissão das Nações Unidas para a Índia e Paquistão, traduzido livremente). Essa resolução buscou pacificar o conflito, exigiu a retirada dos paquistaneses e instituiu a necessidade de um plebiscito. A última questão nunca foi realizada pelas autoridades caxemires (Mukherjee, 2014). Assim,

nesse acordo de cessar-fogo, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1949, a Índia e o Paquistão concordaram em suspender as hostilidades e também se comprometeram a aceitar a presença de observadores militares da ONU na Caxemira até que a disputa fosse resolvida. O primeiro grupo do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP) chegou à Caxemira em janeiro de 1949, mas não conseguiu resolver o impasse político entre os dois lados (Ganguly, 1998, p.3, tradução nossa).¹⁹

Então, o Paquistão lançou a Operação Gibraltar²⁰ com o intuito de dominar as terras que eram dominadas pela Índia, o que ocasionou na eclosão da Segunda Guerra Indo-Paquistanesa, em 1965 (Mukherjee, 2014). Esta invasão consistiu em duas fases, na primeira seriam usados militares treinados e disfarçados de locais, os quais seriam levados até a fronteira e começariam uma revolta com apoio dos civis. No entanto, o plano foi falho desde o início e os caxemires não colaboraram e entregando os soldados infiltrados às forças de segurança indianas (Ganguly, 2014). A segunda fase contou com a invasão paquistanesa no território da Caxemira e, após várias batalhas, a ONU solicitou um cessar-fogo entre os países (Ganguly, 2014).

¹⁹ No original: “Under this cease-fire agreement, which came into effect on 1 January 1949, India and Pakistan agreed to halt hostilities and also committed themselves to accepting the presence of UN military observers in Kashmir until the dispute was resolved. The first batch of the United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP) arrived in Kashmir in January 1949 but failed to resolve the political deadlock between the two sides.”

²⁰ Essa operação tinha como objetivo infiltrar no território em disputa com membros paramilitares equipados pelo exército do Paquistão. No entanto, essa conduta não funcionou, pois as forças da Índia neutralizaram os ataques e não permitiram que levantes se formassem contra o governo indiano.

Ao contrário das outras, a Terceira Guerra Indo-Paquistanesa se instaurou a partir de uma revolta que ocorreu no Paquistão Oriental, mas não influenciou nas fronteiras da Caxemira. Em 1971, a Índia apoiou financeiramente os separatistas de Bengala, região do Paquistão Oriental que desejava formar um novo país. A separação do Paquistão oriental e ocidental esteve relacionada com esse conflito, originando um novo país de maioria muçulmana, Bangladesh. A Guerra por Libertação de Bangladesh foi travada devido à insatisfação com o governo central do Paquistão ocidental, assim, surgiram focos de manifestações contra o governo autoritário e a favor da autonomia da região oriental. Devido à guerra de independência travada em 1971, aumentou o fluxo migratório para a região de Bengala e Tripura, na Índia. A intervenção da Índia no conflito em apoio ao lado oriental levou à Terceira Guerra Indo-Paquistanesa (Ganguly, 1998; Murkhjee, 2013).

Harshe (2003) defende que as diferenças culturais, linguísticas, distância entre as duas partes – somam-se mais de 7 mil quilômetros entre o Paquistão ocidental e oriental - e a dificuldade de manter a Índia como um inimigo em comum foram os motivos que os revoltosos encontraram para buscar autonomia de Bangladesh. O governo central não conseguiu controlar os protestos a favor da separação do território que estavam ocorrendo e, no dia 16 de dezembro de 1971, surgiu a República Popular de Bangladesh (Murkhjee, 2013).

O terceiro conflito ficou marcado pelas ofensivas indianas a leste e oeste do Paquistão, visando cortar as ligações entre Paquistão ocidental e oriental (Ganguly, 1998). Em 1972, foi assinado o Acordo de Shimla, nele ficou previsto o final da guerra e resolução por meio de negociações bilaterais pacíficas, nesse sentido, a questão da Caxemira deve ser discutida sem a intervenção estrangeira. Em vista disso, foi a Linha do Cessar-Fogo ou *Line of Control* (Linha de Controle) que definiu as fronteiras entre as partes da Índia e Paquistão (Ganguly, 1998; Murkhjee, 2013).

Os anos seguintes foram marcadas por momentos importantes entre os dois países e o território da Caxemira. Os testes nucleares e o terrorismo, como será apresentado nas próximas seções do presente capítulo, estavam em ascensão com a presença de grupos fundamentalistas islâmicos nessa região (Sil, 2010). A década de 80 foi marcada pela instauração de grupos militantes organizados na região e, até o ano de 1989, a maioria dos grupos jihadistas paquistaneses e grupos extremistas afegãos se juntaram na guerra de procuração na Caxemira (Sil, 2010; Amuy, 2021).

Em 1998, a Índia fez cinco testes nucleares e o Paquistão respondeu com sete testes nucleares, declarando a si mesmos como potências nuclearizadas (Sil, 2010). Antes da última grande guerra que os países travaram teve o acordo de paz em Lahore (*Lahore Declaration*) em

fevereiro de 1999, porém, não evitou a invasão paquistanesa na capital do estado de Ladaque. Esse acordo previa a implementação do Acordo de Simla, reduzindo a tensão entre as partes e assumindo a responsabilidade de evitar um conflito nuclear (Sil, 2010).

A Quarta Guerra Indo-Paquistanesa envolveu as cláusulas do *Line of Control*. Em 1999, o conflito se sucedeu após soldados paquistaneses invadirem o território da Caxemira, ultrapassando a área administrada pelos indianos. Essa guerra ficou conhecida pelo nome de Guerra de Kargil, pois ocorreu na cidade de Kargil, localizada ao noroeste da Índia (Mukherjee, 2013).

Entre os eventos descritos por Shofield (2003), o Paquistão conseguiu estender-se por seis milhas dentro do território e se posicionou em locais estratégicos para cortar a rota de suprimentos que a Índia fornecia aos seus soldados instalados na região montanhosa de Ladaque. A guerra durou por três meses e envolveu diversas invasões ao espaço aéreo dos dois lados, tendo como uma das consequências o ataque a uma escola da Caxemira paquistanesa, que resultou na morte de dez crianças caxemires (Shofield, 2003).

Essa guerra indo-paquistanesa se tornou associada com as forças irregulares financiadas pelo Paquistão. Esse cenário cria uma dinâmica de guerra intraestatal, ou seja, entre os Estados, porém com participação de grupos étnicos e religiosos. Bruna Amuy (2021) discorre sobre três definições encontradas na guerra indo-paquistanesa, sendo elas: a guerra clássica no embate entre Estados, a guerra irregular no uso de guerrilhas e terrorismo durante o confronto entre forças irregulares e forças regulares indianas e a guerra por procuração apresentada pelo financiamento paquistanês a grupos determinados a entrar na guerra contra a Índia.

As disputas entre Índia e Paquistão não tiveram um fim e a população do Vale ainda sofre com os confrontos (Mukherjee, 2013). Logo, o terrorismo é um dos problemas que a população dessa região precisa enfrentar na guerra irregular indo-paquistanesa. Apesar de ser intraestatal, o envolvimento de grupos não governamentais se tornou preferível por causa do temor recíproco em relação às armas nucleares, visto os testes realizados em 1998 (Gray, 2007; Amuy, 2021).

Em suma, esta seção apresentou os acontecimentos mais relevantes na disputa entre Índia e Paquistão pelo controle da Caxemira. Houve tentativas de diminuir os enfrentamentos indo-paquistaneses, tendo como exemplo os acordos de Shimla, *Line of Control* e Lahore, mas não foram eficazes em conter a rivalidade entre os países envolvidos, sendo um conflito que ainda ocorre atualmente. Como resultado, a população da Caxemira foi a mais impactada, uma vez que a maioria dos conflitos ocorreu em território caxemire, desencadeando ataques de

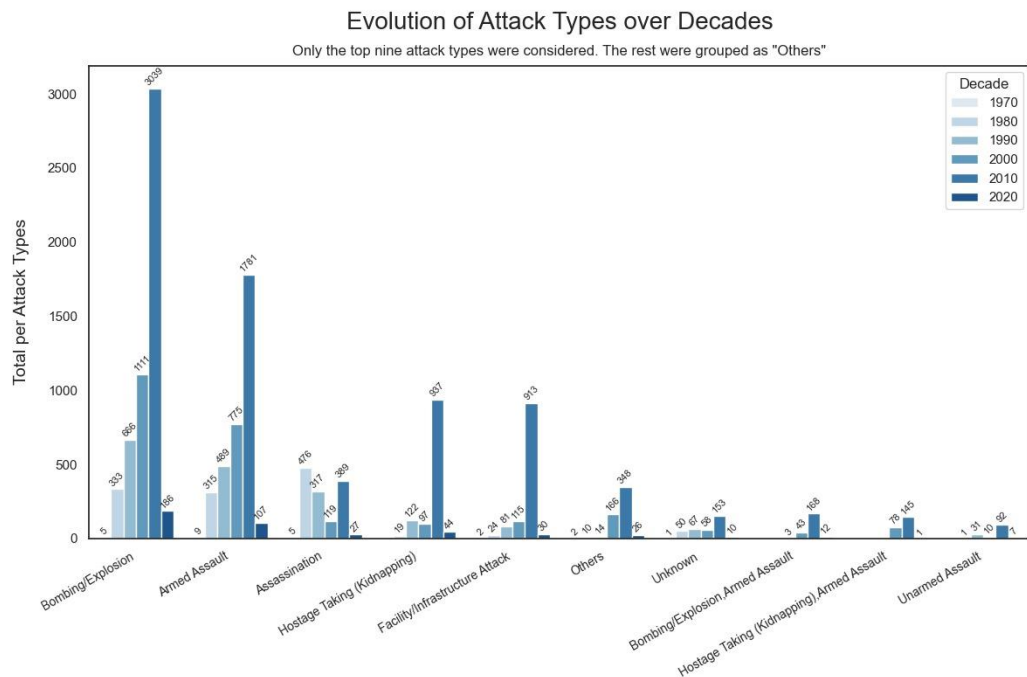
grupos não estatais que se envolveram na disputa pelo Vale, fator que será discutido na próxima seção deste trabalho.

Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), o setor societal tem como objeto referência as coletividades identitárias e podem ter a sua existência ameaçada por algum elemento. Dessa maneira, o terrorismo causado pelo conflito intraestatal é considerado como um perigo à comunidade caxemire, uma vez que os ataques e ofensivas ocorrem nesse território e fomentam o medo da população. Assim, a securitização pode ser aplicada ao estudo de caso dos grupos terroristas incidentes na Caxemira, a partir de análises de dados referentes aos tipos, alvos e grupos que mais perpetram os atos naquele local.

2.3 A EVOLUÇÃO DO TERRORISMO NA ÍNDIA E NA CAXEMIRA

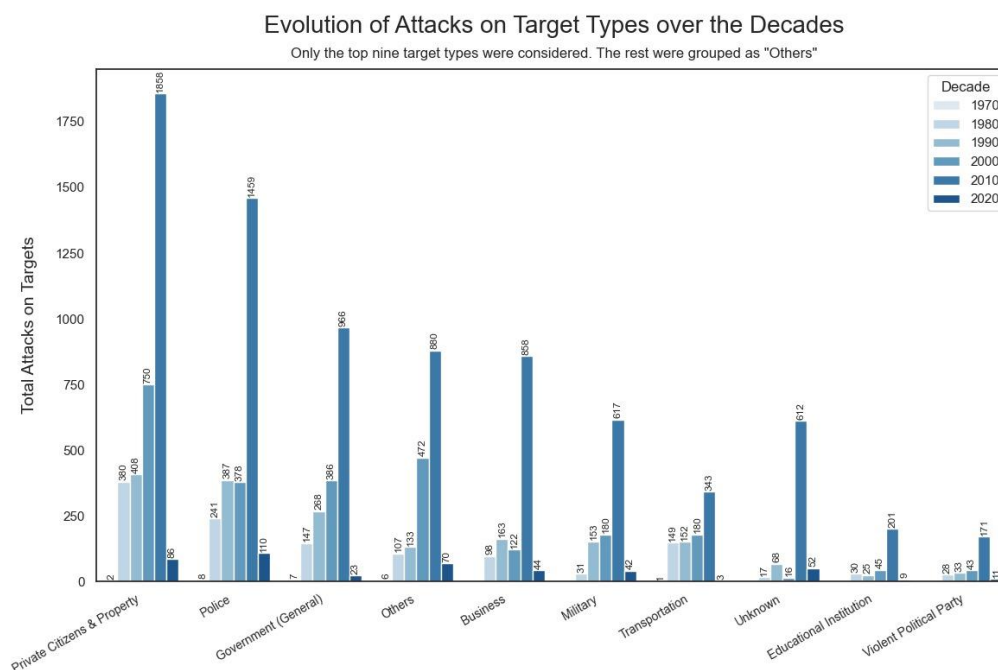
Como foi posto anteriormente, o terrorismo surgiu na Índia antes de a mesma ser um país independente. No decorrer desse processo ocorreram conflitos e deslocamentos em massa de pessoas após o anúncio sobre a divisão em dois países distintos, uma parte hindu e a outra muçulmana. Por uma reivindicação motivada pelo acordo assinado pelo líder Singh depois da partilha e pelo traço identitário religioso, tanto a Índia quanto o Paquistão lutaram pelos recursos hídricos que ali estão dispostos (Gungaly, 1998; Junior, 2010).

Os grupos terroristas que atuavam na Índia antes de 1947 tinham um cunho revolucionário e político e críticos aos colonizadores que residiam no subcontinente indiano (Chandra *et al.*, 2016). Todavia, as motivações foram mudando com o tempo e se tornaram religiosas e étnicas, além do financiamento da guerra por procuração (Amuy, 2021). Nesse país, há a presença diversos grupos, sendo os últimos um dos mais violentos e presentes na lista do *Global Terrorism Database* (GTD). Existem os grupos que perpetraram ataques na Caxemira em paralelo com as guerras entre Índia e Paquistão, como o *Lashkar-e-Taiba* e *Harkat-ul-Mujahidden*. Portanto, essas questões colocaram a Índia entre os países com maior incidência de ataques terroristas, segundo o GTD.

Figura 1; Tipos de ataques terroristas na Índia, 1970 - 2020

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Global Terrorism Database (2023)

De acordo com os dados do GTD, os métodos usados para realizar ataques variam entre bombas, assaltos armados, assassinados, sequestro e assalto sem arma. Sabendo disso, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, as bombas e os assaltos foram mais utilizados dentre os métodos enumerados. Avaliando mais a fundo, a década de 2010 destacou-se por ter maior incidência de ataques com bombas e explosivos, sendo que os outros métodos usados nesse período foram assaltos, sequestros e ataques a construções. Destacam-se o sequestro e os ataques a construções, visto que havia poucas ocorrências de ataques com esses dois tipos, mas se tonaram o terceiro e o quarto meios mais usados em todo o período analisado (ver Figura 1).

Figura 2. Alvos dos ataques terroristas, 1970-2020

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Global Terrorism Database (2023)

Ao examinar o tipo de vítimas dos ataques, percebe-se que o período mais fatal foi a década de 2010. O GTD (2023) mostra que os ataques da década de 2010 e que envolviam civis e destruição de propriedades superaram todos os outros momentos analisados. Um detalhe que não pode ser ignorado é a relação entre as fases analisadas e os eventos envolvendo os alvos, uma vez que ocorreu um salto na quantidade de atos terroristas contra todos os tipos de alvos na década de 2010. As incidências de ataques na Índia também foram altas contra policiais e autoridades governamentais. (ver Figura 2).

Fazendo uma comparação com o período em que a Índia estava sob domínio colonial britânico, os incidentes eram registrados contra as autoridades estrangeiras visando objetivos políticos específicos (Chandra *et al.*, 2016). A revolta desses indivíduos era contra os abusos que os colonizadores perpetravam contra a população local, sendo assim, os ataques eram uma ameaça para a integridade e estabilidade política, ou seja, ao setor político.

Todavia, os grupos mais incidentes nas últimas décadas tem cunho religioso e alguns são jihadistas, sendo assim, ameaça que eles representam incide sobre as coletividades identitárias. Na Figura 2, pode-se perceber que houve uma frequência desproporcional em ataques contra civis e propriedades quando comparados com os outros alvos, justificando o emprego da ameaça sobre as populações indianas, mas, sobretudo, a comunidade caxemire, que dispõe de alguns grupos religiosos.

Segundo o *South Asia Terrorism Portal* (SATP), existem alguns grupos que ainda estão em atividade na Índia, variando os objetivos, ano que surgiu e áreas de atuação. Os *Sikhs for Justice* (Siques pela Justiça) são um grupo formado em 2007 e buscam a independência do estado de Punjab, para criar um estado soberano para os siques, conhecido como Khalistan. Eles usam explosivos, assassinatos e sequestros em seus ataques, sendo assim, durante o movimento separatista, Punjab foi o epicentro das atividades desses grupos, onde ocorreram uma série de ataques, distúrbios e confrontos com as forças indianas.

O SATP (2023) incluiu alguns grupos ativos nas listas de grupos maoístas, são eles: *Communist Party of India-Maoist* (Partido Comunista da Índia-Maoísta, traduzido livremente) e *Communist Party of India (Marxist Leninist) Janashakti* (Partido Comunista da Índia Marxista Leninista Janashakti, traduzido livremente).

O primeiro grupo surgiu em 2004, resultado da fusão de dois grupos naxalitas proeminentes na Índia: o *Communist Party of India (Marxist-Leninist)* (Partido Comunista da Índia Marxista-Leninista, traduzido livremente) e *Maoist Communist Center of India* (Centro Comunista Maoísta da Índia, traduzido livremente). Essa organização atua nos estados de Chhattisgarh, Jharkhand, Bihar, Maharashtra, Odisha, Andhra Pradesh e Telangana e buscam fazer uma reforma política, econômica e social na Índia pelos moldes maoístas. Os tipos de ataques realizados são uso de armas de fogo, extorsões e sequestros (SATP, 2023).

O segundo grupo surgiu em 1992 e suas atividades incluem ações como ataques a postos policiais, sequestros, extorsões e outras formas de atividades armadas, com o objetivo de desafiar o governo e promover sua agenda revolucionária maoísta. Esse grupo atua em locais como como Andhra Pradesh, Telangana, Odisha e Chhattisgarh, incluindo distritos específicos nessas regiões.

Ademais, o *United Liberation Front of Asom* (Frente Unida de Libertação de Assam, traduzido livremente) foi criado em 1989, possui acampamentos de treinamento em Mianmar, colinas Garo de Meghalaya e Tirap e distritos de Changlang de Arunachal Pradesh e distrito de Mon de Nagaland. Os treinamentos que os soldados dessa organização são direcionados para o uso de mísseis, explosivos e armas de fogo. A motivação que a SAPT (2023) aponta é conquistar a independência de Assam, alegando exclusão política, econômica e cultural promovida pelo governo indiano.

A Caxemira se tornou epicentro dos conflitos entre Índia e Paquistão. Alguns grupos presentes na região buscam autonomia, mas também há motivações religiosas e étnicas. Portanto, a atuação dessas forças nesse território que foi palco de disputas identitárias e por

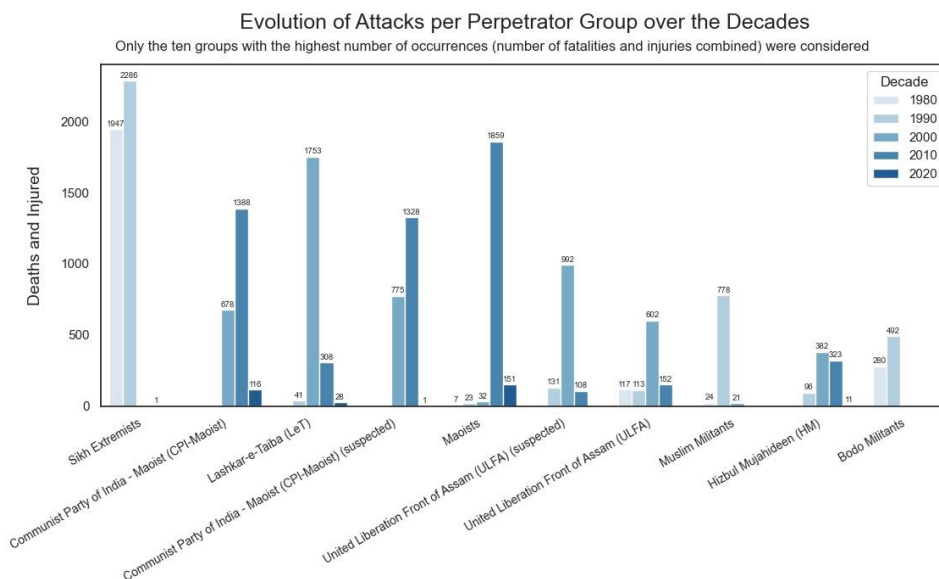
recursos naturais também gerou um ambiente de instabilidade e insegurança, afetando a vida cotidiana dos habitantes locais.

De acordo com o SATP (2023), o *Lashkar-e-Taiba*, estabelecido na década de 1980, busca a libertação da Caxemira do controle indiano, buscando sua integração ao Paquistão. Seus objetivos se concentram na jihad e na criação de um estado islâmico na região. Essa organização desenvolveu-se no Entre e foi financiada pelas forças de inteligência paquistanesas durante a guerra contra a Índia. Dentre os atos terroristas desse grupo, há predominância de ataques suicidas, usando armas de fogo e explosivos.

O *Hizbul Mujahideen*, também ativo desde os anos 1980, defende a independência da Caxemira ou sua união com o Paquistão. Eles têm lutado contra as forças de segurança indianas, usando táticas de guerrilha e ataques a postos militares e policiais. A atuação desse grupo é voltada para o vale caxemir, usando principalmente ataques contra forças de segurança indianas e civis, além de usar armas de fogo e explosivos (SATP, 2023).

Além desses, grupos menores e mais recentes também surgiram na região, como o *Jaish-e-Mohammed* e o *Ansar Ghazwat-ul-Hind*. O primeiro grupo, criado na década de 2000, é conhecido por ataques a alvos indianos, incluindo o ataque ao Parlamento em 2001 e o ataque em Pulwama em 2019. O segundo grupo, formado em 2017, tem laços com a Al-Qaeda e busca estabelecer um califado islâmico na Caxemira. A presença desses grupos na Caxemira mantém a região em um estado de tensão prolongada, representando um desafio constante para a segurança e a estabilidade na Índia (SATP, 2023).

Figura 3. Ataques perpetrados por grupos terroristas, 1970-2020



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Global Terrorism Database (2023)

Os dados obtidos do GTD apresentam uma incidência de grupos siques extremista muito grande nas décadas de 1980 e 1990, praticamente os únicos a efetivarem ataques no território indiano. No entanto, os números são nulos em relação às outras décadas analisadas, pois o governo indiano atuou dialogando com os grupos revoltosos.

Ao analisar os grupos que perpetraram ataques terroristas, percebe-se que os valores mais graves foram apresentados na década de 1990 pelos extremistas siques, porém, pararam nas décadas seguintes (ver Figura 3). Os ataques durante esse tempo chegaram em 2280 ataques, de acordo com a CNN (2023), a violência que esse grupo causou na fase analisada pelo GTD ocorria contra a população indiana. Além disso, a militância dos siques, chamada de Movimento Khalistan, era motivada por questões nacionalistas e identitárias. Outrossim, estavam presentes na maior parte no estado de Punjab, mas este fora dividido na partilha com o Paquistão, aumentando os sentimentos separatistas em relação à Índia e ao Paquistão.

Em seguida, os maoístas se apresentam como o segundo grupo mais violento, com ênfase na década de 2010. Nesse mesmo período, o Partido Comunista Da Índia, que também possui um viés maoísta, perpetrou ataques no país, porém, a plataforma de dados diferencia os ataques realizados e confirmados pelo grupo e os casos que se suspeita do envolvimento dessa organização (ver Figura 3).

Um dos mais violentos grupos são os maoístas, que fazem parte do movimento insurgente Naxalista, e atuam no leste do país. De acordo com Deutsche Welle (2023), o número de ataques e de vítimas dos extremistas maoístas diminuiu, pois foram adotadas “[...] medidas relacionadas com a segurança, intervenções de desenvolvimento e garantindo direitos e prerrogativas das comunidades locais.”

Com isso, Sil (2010) afirma que os maoístas são compostos por povos locais, de regiões precárias, e não recebem o mesmo tratamento que os outros grupos terroristas religiosos e financiados pelo Paquistão. Para o governo indiano, esses grupos não são chamados de terroristas e a maneira mais comum que o Estado procurou para encerrar os ataques foi negociar com eles. Logo, esse método mostrou ser eficaz ao passo que os ataques perpetrados pelo movimento maoísta diminuíram consideravelmente na década de 2020.

Outra questão separatista indiana motivada pelas diferenças étnicas e culturais é o caso de Assam, que também possui um grupo na lista do GTD entre os mais violentos, o *United Liberation Front of Assam* (ULFA). Esse grupo não governamental está localizado em uma região populosa do nordeste indiano, além de estar no coração da região. Para o governo indiano, nesse caso, a coerção moderada junto com representantes políticos e militares

impediria a escalada do problema (Butt, 2017). Logo, as negociações apresentaram uma mudança significativa nas décadas de 2010 e 2020, quando comparadas com a de 2000 (ver Figura 3).

Em relação aos grupos de cunho religioso, como o *Hizbul Mujadiheen* e *Lashkar-e-Taiba*, as atividades se concentram na década de 2000. Ambos são terroristas fundamentalistas islâmicos que atuam na região da Caxemira e, segundo Sil (2010), a Índia realizou um acordo de cessar-fogo em 2000, mas se recusou a negociar com aqueles que são financiados pelo Paquistão e grupos radicais islâmicos, porém, alguns autores afirmam que o governo paquistanês financiou os extremistas para que eles atuassem na Caxemira. Os dados do GTD (2023) apresentam o *Hizbul Mujadiheen* e *Lashkar-e-Taiba* como grupos que se destacam por serem religiosos, mas também políticos, e que atuam no Vale da Caxemira.

De acordo com Shukla (2007), os grupos militantes e forças paramilitares islâmicos são uma preocupação para o governo indiano, uma vez que eles receberam ajuda paquistanesa durante as Guerras Indo-Paquistanesas. Além disso, levantaram-se suspeitas sobre a contribuição do governo paquistanês no financiamento de grupos insurgentes após o 11 de setembro, uma vez que ele é próximo do Oriente Médio e do Afeganistão, onde estão localizados diversos grupos extremistas islâmicos. Para o autor, a insurgência na Caxemira tem ligação com o extremismo propagado pelos grupos.

As organizações que receberam mais atenção de Shukla (2007) foram aquelas apoiadas pelo *Pakistani Directorate for Inter-Services Intelligence* (ISI). Existem 3 grupos insurgentes importantes, são eles: *Lashkar-e-Taiba* (LeT – *Army of the Pure*), um dos maiores e mais violentos, não havendo representantes dessa que nasceram na Caxemira. O propósito dessa organização é de instituir uma teocracia extremista e “[...] expandir e exportar o sofrimento local para o país inteiro” (Shukla, 2007, p. 52, tradução nossa)²¹. *Jaish-e-Mohammad* (JeM – *Army of the Prophet Mohammad*) é um grupo que atacou o parlamento indiano em 2001 e pretende liberar a Caxemira e outras regiões do país. Em terceiro lugar, está o grupo *Harkat-ul-Mujahidden* (HuM – *Movement of Holy Warriors*), que realizou ataques terroristas para oprimir o governo que prendeu os seus líderes. Também estiveram envolvidos no sequestro de um avião, ação feita com a ajuda do Talebã, outro grupo fundamentalista islâmico.

A respeito das ações dos grupos, Shukla (2007) expõe que essas organizações fizeram o uso de *fedayeen* (sacrifícios) em grupo e explosivos, além de homens-bomba, que fazem

²¹ No original: “[...] expand and export its local struggle to the entire country.”
fundamentalist theocracy and to effectively expand and export its local struggle to the entire country. In the LeT’s view, the insurgency in Jammu and Kashmir is religious in nature. In

vítimas militares e civis do Vale da Caxemira. Dessa forma, “com a ajuda do *Pakistani Directorate for Inter-Services Intelligence* (ISI), os insurgentes conseguem rearmar-se, treinar novos membros e depois redistribuir-se para a Caxemira. A fronteira ainda é demasiado porosa; as forças de segurança indianas são simplesmente incapazes de proteger todo o trecho da Linha de Controle contra infiltrações” (Shukla, 2007, p. 57, tradução nossa).²²

Outra questão é a localidade que se encontra as bases militares da *Inter-Services Intelligence*, segundo Gungaly (2014), a parte central desses grupos estão em províncias do noroeste do país e receberam apoio dos afegãos *mujahideen*, combatentes da “guerra santa”. Vale enfatizar que os grupos desse serviço de inteligência foram beneficiados pelo subsídio estadunidense. A questão da Caxemira foi instigada pelo conflito entre Estados Unidos e União Soviética, com isso, durante a década de 1990, os grupos *mujahideen* receberam ajuda para lutar contra o domínio soviético na região. Com equipamentos e treinamentos realizados pelo exército estadunidense, os guerreiros jihadistas do Afeganistão e os combatentes muçulmanos do país vizinho foram estimulados a lutar contra o governo soviético (Gungaly, 2014; Sakthivel, 2010).

Em vista disso, a maioria dos grupos comandados pelo serviço de inteligência estava a postos para manter a comunicação entre os muçulmanos afegãos e paquistaneses. Em consequência disso, a conduta militar antiterrorista resultou em morte de civis e danos mútuos para os envolvidos, portanto, o terrorismo que Shukla (2007) tenta provar ser eficiente é desenvolver políticas focadas em desestabilizar ideologias fundamentalistas islâmicas.

Em suma, o capítulo abordou os primeiros ataques terroristas na Índia, motivados por objetivos políticos e perpetrados contra agentes do governo britânico (Chandra *et al.*, 2016). Os aspectos identitários, por exemplo, a etnia e a religião foram introduzidos durante o contexto de guerra indo-paquistanesa nos grupos terroristas que atuavam na região do vale caxemir. Esses fatores motivaram as incidências de atos terroristas na Caxemira, território disputado entre Índia e Paquistão, como ficou comprovado pela existência de grupos fundamentalistas religiosos e separatistas nos dados extraídos do *South Asia Terrorism Portal* (SATP) e na Figura 3 dessa seção.

A Escola de Copenhague prevê a análise de discurso que apresenta uma ameaça como existencial e requer a adoção de medidas excepcionais para combatê-la. Assim, o fenômeno do terrorismo, por definição, é causar terror em pessoas que não estavam envolvidas nos ataques,

²² No original: “With the help of the ISI, the insurgents are able to rearm, train new recruits, and then redeploy into J&K. The border is still too porous; Indian security forces are simply unable to guard the entire stretch of the LoC from infiltration.”

mas sentem medo pela vulnerabilidade de futuramente serem alguém morto por um grupo terrorista (Saint-Pierre, 2015). Dessa forma, a maneira que Narendra Modi aborda a questão dos terroristas no discurso contribui para a configuração de ameaça presente na Caxemira.

3 O TERRORISMO NO GOVERNO DE NARENDRA MODI: DAS MUDANÇAS NAS LEIS ANTITERRORISTAS À SECURITIZAÇÃO DO TERRORISMO CAXEMIRE

Para uma análise mais profunda sobre a securitização do terrorismo na Índia, faz-se necessário abordar como Narendra Modi se comportou durante as eleições à primeiro-ministro. A teoria da securitização ocorre por meio de discursos, dessa maneira, pretende-se examinar como o líder da Índia realizou postagens, discursos orais e mudanças legais para tentar conter o problema do terrorismo na Caxemira.

Em suma, a primeira seção abordará as leis e aparatos antiterroristas que anteriores ao governo de Modi. É perceptível elas possuem contextos bem específicos, tal como a lei que sucedeu à morte da primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, mas acima de tudo, o contexto do terrorismo será apresentado a fim de entender os aparatos criados pelo governo indiano e as suas aplicações.

A segunda seção apresentará o movimento nacionalista que Modi participa desde quando era ministro-chefe em Gujarat e como ele usa esse fator para apagar identidades culturais que estão dispostas na Índia. No seu governo, ele fez declarações sobre a grandiosidade da comunidade hindu e invocou o “time Índia” para buscar o desenvolvimento do país e torná-lo uma potência do sul da Ásia.

Em seguida, a terceira seção analisará os discursos em si, visto a evolução da incidência do problema do terrorismo. Em 2019, ele revogou a autonomia da região separatista da Caxemira, conseqüentemente a população não aprovou e se revoltou contra o governo central indiano. Com a intenção de diminuir os atritos que a decisão causou nos civis, o primeiro-ministro mandou forças militares para conter as revoltas, além de cortar as redes de internet, monitorar as contas pessoais de líderes dos movimentos e aprisionar centenas de pessoas. A conduta agressiva com que ocorreu os eventos foi um sinal de que Modi não consegue lidar com as reivindicações dos caxemires e isso gerou certo descontentamento por parte desse líder político.

Assim, esse capítulo traz a análise crítica baseada na teoria da securitização, com todos os elementos importantes do ato da fala de Modi, para destacar a ameaça dos grupos violentos e a necessidade de proteger a integridade da nação e o desenvolvimento do país. Por fim, o capítulo mostrará as implicações dos usos das leis antiterror.

3.1 AS LEIS ANTITERRORISTAS INDIANAS

A *Terrorist and Disruptive Activities (Prevention) Act* (TADA) e *Prevention of Terrorism Act* (POTA) foram leis primárias para o desenvolvimento do conceito de terrorismo para o arcabouço jurídico da Índia. Elas foram desenvolvidas, respectivamente, em 1985 e 2002, em contextos específicos, pois surgiram como um aparato para conter futuros eventos que foram graves e foram aberturas que os líderes indianos usaram para padronizar e punir aqueles que perpetraram tais atos no país (Lalwani e Gayner, 2020).

Em 1985, foi aprovada a lei *Terrorist and Disruptive Activities (Prevention) Act* (TADA), que define o ator terrorista nas dimensões jurídicas indianas. A razão para o seu surgimento remonta ao assassinato da ex-primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, que ocorreu em 1984 (Baydas *et al.*, 2018). Gandhi foi assassinada no dia 31 de outubro de 1984. O ato foi realizado por dois indivíduos siques em retaliação pela decisão da líder indiana de aprovar a Operação Blue Star, ação militar para conter a militância em um templo religioso de Amritsar. Essa operação tinha intuito de neutralizar os movimentos separatistas siques e recuperar armas que estavam dentro do local (Chopra, 2010). Logo, a lei TADA define o terrorista como:

aquele com a intenção de intimidar o governo conforme estabelecido por lei ou de instaurar o terror no povo ou qualquer setor do povo ou para alienar qualquer setor do povo ou para afetar negativamente a harmonia entre diferentes setores do povo faz qualquer ato [...] ou que possa causar, morte ou ferimentos em qualquer pessoa ou pessoas, ou perda, dano ou destruição de propriedade ou interrupção de quaisquer fornecimentos ou serviços essenciais à vida da comunidade, ou deter qualquer pessoa e ameaçar matar ou ferir essa pessoa a fim de obrigar o Governo ou qualquer outra pessoa a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato, comete um ato terrorista.” (Baydas *et al.*, 2018, p. 63, tradução nossa)²³.

Especificamente na Figura 3, não foi apontado um único grupo pela plataforma GTD sobre o movimento separatista sique, porém, foram os atores que mais perpetraram ataques na década de 1990 (GTD, 2023). Esse movimento previa a separação do estado de Punjab devido às diferenças identitárias do grupo em relação aos hindus, maioria étnica na Índia. Portanto, a lei TADA foi para amenizar o fenômeno terrorista no país, visto o contexto exibido pelas figuras.

²³ No original: “whoever with intent to overawe the Government as by law established or to strike terror in the people or any section of the people or to alienate any section of the people or to adversely affect the harmony amongst different sections of the people does any act [...] or as is likely to cause, death of, or injuries to, any person or persons or loss of, or damage to, or destruction of, property or disruption of any supplies or services essential to the life of the community, or detains any person and threatens to kill or injure such person in order to compel the Government or any other person to do or abstain from doing any act, commits a terrorist act.”

Outra lei de combate ao terrorismo foi criada em 2002 depois do ataque de Gurajat e foi chamada de *Prevention of Terrorism Act* (POTA). A influência da narrativa nacionalista na estrutura dessas leis está presente, dessa forma, elas enfatizam que os terroristas são aqueles que agem com a:

intenção de ameaçar a unidade, integridade, segurança ou soberania da Índia ou de infligir terror ao povo ou a qualquer parte do povo, praticar qualquer ato [...] ou ser susceptível de causar, morte ou ferimentos a qualquer pessoa ou pessoas, ou perda, dano ou destruição de propriedade ou interrupção de quaisquer fornecimentos ou serviços essenciais à vida da comunidade ou causar danos ou destruição de qualquer propriedade ou equipamento usado ou destinado a ser usado para a defesa da Índia ou em conexão com quaisquer outros fins do Governo da Índia, de qualquer Governo do Estado ou de qualquer uma de suas agências, ou detenha qualquer pessoa e ameace matar ou ferir tal pessoa a fim de obrigar o Governo ou qualquer outra pessoa a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato (Lalwani e Gayner, 2020, tradução nossa).²⁴

Outra inferência que se pode fazer a partir do capítulo anterior e os gráficos que foram apresentados é o surgimento de grupos religiosamente motivados na Caxemira. Assim, as atividades de grupos como o *Hizbul Mujadiheen* e o *Lashkar-e-Taiba* se concentram na década de 2000, período que foi criado a POTA, que conceituou o termo terrorista na Índia. Outro ponto que as figuras apontam, em específico na Figura 2, são os alvos, logo, os civis e propriedades são as vítimas de ataques na década de 2000, pois os grupos religiosos citados são jihadistas e praticam a “guerra santa”, guerra feita pela expansão da fé islâmica (GTD, 2023).

A divergência entre a TADA e a POTA está no fator da inclusão da ameaça à sobrevivência do Estado, que é característica específica da lei POTA. Ambas foram revogadas devido a preocupações de direitos humanos e de uso excessivo de poder pelos oficiais indianos. Dessa forma, a primeira foi revogada em 1995 e a segunda em 2004 (Lalwani e Gayner, 2020).

Além da TADA e POTA, outras duas normas foram criadas na década de 2010, com o mesmo objetivo de conceituar e criminalizar quem perpetra tais atos. As leis antiterroristas que foram consideradas por Narendra Modi na securitização do terrorismo na Caxemira foram a *Public Safety Act* (PSA) e a *Unlawful Activities (Prevention) Act* (UAPA).

A lei PSA, datada de 2005, surgiu depois das ondas de ataques de insurgentes maoístas na região noroeste da Índia. A PSA prevê a prisão daqueles envolvidos em atividades ilegais

²⁴ No original: “*intent to threaten the unity, integrity, security or sovereignty of India or to strike terror in the people or any section of the people does any act [...] or likely to cause, death of, or injuries to any person or persons or loss of, or damage to, or destruction of, property or disruption of any supplies or services essential to the life of the community or causes damage or destruction of any property or equipment used or intended to be used for the defense of India or in connection with any other purposes of the Government of India, any State Government or any of their agencies, or detains any person and threatens to kill or injure such person in order to compel the Government or any other person to do or abstain from doing any act*”.

ou cujo objetivo é encorajar ou ajudar em atividades ilegais. Os criminosos são aqueles “que constituem um perigo ou ameaça à ordem, paz e tranquilidade públicas” (Baydas *et al.*, 2018, p. 65, tradução nossa)²⁵. Logo, ela não classifica, mas visa manter a ordem pública e a segurança em certas regiões e situações, podendo o terrorismo ou suspeita de contribuir para esse fenômeno, motivar a prisão do cidadão indiano (Baydas *et al.*, 2018).

Ademias, a *Unlawful Activities (Prevention) Act* (UAPA) é uma lei criada pelo partido *Bharatiya Janata*, em 1967. A UAPA é uma lei de prevenção ao terrorismo, tem sido rotineiramente usada para deter pessoas críticas ao governo, já foram presos advogados, artistas, jornalistas, acadêmicos e civis da Caxemira (*Indian Press Report*, 2021; Baydas *et al.*, 2018). A UAPA surgiu em resposta aos movimentos separatistas em Tamil Nadu e à guerra entre China e Índia, em 1962 (Baydas *et al.*, 2018). Segundo a lei, será aprisionado:

Qualquer pessoa que pratique qualquer ato com a intenção de ameaçar ou com probabilidade de ameaçar a unidade, integridade, segurança [segurança econômica] ou soberania da Índia ou com a intenção de causar terror ou com probabilidade de causar terror no povo ou em qualquer seção do povo na Índia ou em qualquer país estrangeiro (Baydas *et al.*, 2018, p. 63, tradução nossa)²⁶.

A UAPA concede poderes às autoridades para deter suspeitos por um período mais longo sem acusação formal, se necessário, para investigar atividades suspeitas de envolvimento em atividades ilegais. A diferença das leis antiterroristas são que a TADA, a POTA e UAPA eram focadas em atividades terroristas, sendo que as duas primeiras foram revogadas e a PSA é para manutenção da segurança pública e direcionada a atividades ilegais.

Como uma ferramenta jurídica contra o terror, essas leis foram criadas em contextos específicos envolvendo assassinatos e ataques que foram agravantes para definir o termo no sistema judiciário. Abordando quatro leis antiterroristas, duas mais específicas e outras mais amplas, mas que tentam evitar o alastramento do terrorismo que existe na Índia. Dessa maneira, o contexto exposto no segundo capítulo do trabalho infere o surgimento dos primeiros casos, as décadas mais marcantes, tipos, alvos e grupos mais incidentes no território, assim como a aparição de grupos terroristas na Caxemira, relacionando-os com a guerra indo-paquistanesa pela Caxemira e a questão separatista.

Contudo, as leis foram formadas há muitos anos, mas denotam a capacidade do arcabouço jurídico indiano de ler o contexto em que o país se encontra e tentar definir os atos

²⁵ No original: “which constitute a danger or menace to public order, peace and tranquility”.

²⁶ No original: “Whoever does any act with intent to threaten or likely to threaten the unity, integrity, security [economic security,] or sovereignty of India or with intent to strike terror or likely to strike terror in the people or any section of the people in India or in any foreign country.”

que estavam ocorrendo, como o movimento sique e os grupos religiosos que tomaram conta da Caxemira nas décadas de 1990 e 2000. Logo, é necessário entender como Narendra Modi ascendeu ao poder para, posteriormente, ampliar as leis antiterroristas como método de conter a ameaça na Índia.

3.2 A ASCENSÃO DE NARENDRA MODI

Narendra Damodardas Modi nasceu em Gujarat, anos depois ele foi ministro-chefe e alavancou a sua carreira na política. Modi nasceu após a independência do país, portanto, cresceu em um meio ao desenvolvimento econômico ainda em crescimento no país devido à saída dos colonizadores britânicos (Jaffrelot, 2021).

Quando jovem, ele ingressou em uma filial do *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (RSS), uma organização paramilitar nacionalista hindu (Jaffrelot, 2021; Pal, 2020). Modi foi efetivado e se tornou membro definitivo do grupo, nesse ambiente, ele desenvolveu a sua habilidade de organização e fez com que o presidente da *Bharatiya Janata Party* (BJP) o chamasse para integrar o partido político nacionalista (Pal, 2020).

No meio político, ele combinou as lições que aprendeu na organização hinduísta com o discurso populista, já no começo começou a aplicar os seus ensinamentos ao conversar com o público em geral. Depois de anos trabalhando junto ao partido nacionalista, ele foi eleito ao cargo de ministro-chefe de seu estado, função que ele exerceu por 13 anos em razão de sua atitude de persuadir o público e o foco no tradicionalismo que ele adquiriu no *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Jaffrelot, 2021; Pal, 2020).

Segundo Joyojeet Pal (2020), Modi se tornou o ministro-chefe eleito mais vezes na história de Gujarat, assim, as ideias hinduístas nacionalistas divulgada pelos discursos nas redes sociais trazem a ideia aparente de “[...] aparência de uma comunicação direta interativa – no caso de Modi, a sua voz nas redes sociais não é apenas o seu fluxo de conteúdo direto, mas também a ressonância da sua imagem e mensagem através retuítes, curtidas e encaminhamentos” (Pal, 2020, p. 164, tradução nossa)²⁷.

Em 2014, o partido político indiano elegeu o nacionalista Narendra Modi para um dos altos cargos parlamentares do país. Ele conseguiu o posto depois de receber 31 por cento dos votos, além do mais, o seu partido, *Bharatiya Janata Party* (BJP) se destacou nas eleições de

²⁷ No original: “[...] semblance of interactive direct communication— in Modi’s case, his voice on social media is not just his flow of direct content, but also the resonance of his image and message through retweets, likes, and forwards.”

2017, garantindo a maioria dos votos nos grandes estados de Uttar Pradesh e Uttarakhand, vitória significativa para a entidade partidária (Sitapati, 2020; Lalwani e Gayner, 2020).

Baydas *et al.* (2018) explica que a vitória sucedeu com a ajuda do discurso nacionalista que o partido já vem cultivando por década, promovendo o hinduísmo para o bem das instituições democráticas. Ele efetuou alguns programas de essência nacionalista, como o *slogan India First*, definindo-o como “[...] faça o que fizer, onde quer que trabalhe, a Índia deve ser a principal prioridade para todos os seus cidadãos.” (Baydas *et al.*, 2018, p. 62, tradução nossa).²⁸ Essa frase acompanhou toda a sua eleição de 2014 e carrega a ideia de que a Índia é importante e deve prevalecer sobre outros aspectos da vida do indiano, porém, a abordagem que Modi tem é exclusivamente direcionada para os hindus do país.

Segundo Sitapati (2021), Narendra Modi divulgou a crença hindu e rituais religiosos pelo estado a fim de prezar pela identidade hindu, que era maioria, e cultivar a boa relação com o povo. Ademais, o líder indiano adotou uma posição de candidato “antissistema” e representante do povo, contra a corrupção e “espiritualmente decadentes que controlam a política, a economia e a sociedade da Índia” (Plagemann *apud* Sitapati, 2021, p. 14).

No discurso político, Modi usou palavras como invocar “time Índia” para uma “marcha a favor do desenvolvimento”, colocando o desenvolvimento da nação indiana como uma solução para problemas - corrupção, pobreza, nepotismo, trabalho infantil, entre outros. Tal fato está existente na ideia neoliberal e no uso da agenda econômica e desenvolvimentista para ganhar as eleições de 2014. Dessa maneira, a Índia se tornaria a economia central do sul da Ásia. Ele faz conexões entre conquistas históricas e figuras religiosas hindus, construindo uma narrativa sobre o estado que ele quer desenvolver e as políticas hindus do passado. O uso dessa alusão “procura caracterizar a categoria Hindu como tendo sido eternamente dominante na Índia” (Waika, 2018, p. 171, tradução nossa).²⁹

Jaffrelot (2015) declara que a estratégia de comunicação política que Modi emprega em seu governo é acompanhada pelo populismo cibernético e o nacionalismo hindu. Isso implica no uso de tecnologia que fez com que o governante se aproximasse da população indiana em um outro nível, não apenas o formal e tradicional discurso e encontros pessoais, a tecnologia possibilitou “estilo distinto e, na verdade, modo de comunicação corporificada e não discursiva” (Jaffrelot, 2015, p. 346).

A participação em uma organização hinduísta radical e implantação de discursos que buscam incentivar o nacionalismo e enaltecer a maioria hindu aumentou a popularidade do

²⁸ No original: “[...] whatever you do, wherever you work, India must be the top priority for all its citizens.”

²⁹ No original: “Such a discourse attempts to make this connection seem intuitive, natural, and unquestionable.”

governante formou a base política de Modi. Entretanto, o país tem vários grupos terroristas que atuam desde antes da independência da Índia, mas sobretudo grupos que atuam na região da Caxemira com maior intensidade a partir de 1990 e 2000 (GTD, 2023, Chandra *et al.*, 2016).

A disputa pelo território da Caxemira é uma questão que gerou guerras entre Índia e Paquistão. Como foi posto, os grupos terroristas mais presentes na Caxemira são financiados pelos fundamentalistas afegãos e o próprio governo paquistanês e atuam pela independência da região. Dessa maneira, Narendra Modi apresenta essa ameaça terrorista como algo perigoso e que precisa ser combatido. Logo, percebemos que o terrorismo é securitizado durante o governo do primeiro-ministro por meio de um discurso que será apresentado na próxima seção.

3.3 O PROCESSO SECURITIZANTE DE NARENDRA MODI

O terrorismo é apresentado como uma ameaça pelo discurso de urgência proferido pelo Narendra Modi em uma de suas postagens em redes sociais. Esse ato de fala foi anterior à legitimação de medidas extraordinárias para acabar com o perigo, isto é, a ameaça terrorista no vale caxemir.

Para a Escola de Copenhague, os atores constroem narrativas para elevar problemas ao nível de segurança, esse processo de securitização possibilita medidas imediatas para combater os perigos que prejudicam a sobrevivência de um objeto de referência (Buzan, Weaver e Wilde, 1998). Dessa forma, é possível analisar as ações para conter o alastramento do terrorismo realizadas pelo Modi à luz da teoria de securitização.

Modi securitiza o terrorismo para proteger um objeto referente, ou seja, existem ameaças ao setor societal e dentro dele existe as coletividades identitárias. O estudo de caso sobre a Caxemira, nesse sentido, aplica o uso do conceito de terrorismo para Saint-Pierre (2015), visto que essa ameaça existente no território administrado pelo governo indiano foi efetivada por grupos religiosos e separatistas desde 1990 (SATP, 2023; GTD, 2023). A definição de terrorismo para ele são as ações violentas perpetradas contra uma vítima e contra aquele que não participa do ataque, mas é afetado pelo terror, insegurança e vulnerabilidade diante da vontade e dos atos do terrorista (Saint-Pierre, 2015).

No que tange ao governo de Narendra Modi, ocorreram algumas mudanças que resultaram na securitização do terrorismo em 2019. Uma dessas ocorrências foi a revogação da autonomia da Caxemira e o uso de leis para aprisionar os “terroristas” que causaram medo na população e impediram o desenvolvimento do vale. Ambas foram feitas como ações

extraordinárias de combate ao perigo que a população, identificada como o objeto de referência, está sofrendo.

A segunda seção desse capítulo apresentou a ascensão de Narendra Modi e como ele exerceu a sua capacidade de comunicação com a população para se aproximar de seus eleitores e vencer as eleições para ministro-chefe e primeiro-ministro (Jaffrelot, 2015). O nacionalismo também está presente nos seus discursos políticos, dado o uso do *slogan India First* e a narrativa que ele criou por ser “antissistema” e lutar pelos direitos da população (Sitapati, 2021).

Ao partir para uma análise mais direcionada, é possível assimilar o discurso que o líder indiano faz com os ataques terroristas que ocorreram na região até 2019. O discurso antiterrorista é difundido por Narendra Modi em sua conta pessoal na rede social “X”, antigo “Twitter”³⁰, como uma questão que terá uma resposta rígida do governo. Segundo o primeiro-ministro, a juventude busca paz e desenvolvimento e comunica: “qualquer elemento que perturbe a jornada de desenvolvimento de Jammu e Caxemira, espalhe violência e ódio receberá uma resposta forte! O terrorismo não será tolerado” (Narendra Modi, 2019, tradução nossa).³¹

Dessa forma, o líder da Índia tenta justificar as suas ações com a revogação da autonomia da Caxemira, pois no governo de Modi “o terrorismo não será tolerado” e o emprego e ampliações das normas antiterror. Destaca-se o uso do discurso para securitizar e elevar o terrorismo para a esfera da segurança, uma vez que a juventude da Caxemira deseja paz e desenvolvimento. Logo, na análise setorial, cabe frisar a securitização no setor societal e adotar medidas urgentes para evitar que o terrorismo caxemir afete mais vítimas.

O Vale da Caxemira, por ser um local que envolve questões de secessão, está sujeito a uma repressão significativa por parte do governo, por isso, o sistema judiciário notificou o aumento de prisões por indivíduos envolvidos em ações terroristas. No que tange à revolta dos habitantes pela revogação do artigo 370, o *Indian Press Report* (2021) e *Al Jazeera* (2023) afirmam que muitas pessoas ainda estão na prisão devido ao congestionamento no processo judiciário indiano. Dessa forma, os prisioneiros esperam meses ou anos pelos julgamentos.

Segundo Lalwani e Gayner (2020), em seu relatório intitulado *India's Kashmir Conundrum: Before and After the Abrogation of Article 370*, a ordem de revogar a autonomia constitucional da Caxemira ocorreu em agosto de 2019 e definiu a divisão do território em duas partes. A decisão acerca da revogação foi de Narendra Modi, em consonância com a decisão do Parlamento, emitiu uma ordem presidencial revogando o artigo que concedia alguns

³⁰ A postagem pode ser encontrada em sua conta. O *user* do primeiro-ministro é <https://twitter.com/narendramodi>.

³¹ No original: “Any element who disturbs the development journey of Jammu and Kashmir, spreads violence and hate will be given a strong answer! Terrorism will not be tolerated.”

privilégios para a região da Caxemira e separou em duas partes o território administrado pelo governo indiano. Após a deliberação do primeiro-ministro, separou-se Caxemira e o estado de Ladaque, além de agregar a constituição indiana aos territórios. O Paquistão, país que reivindica uma parte dessa região, reitera que a anulação da autonomia é ilegal (The Guardian, 2019).

A estabilidade do Vale é importante para toda a região do Sul da Ásia, visto que os Estados envolvidos na disputa pelas terras de Jammu e Caxemira são nuclearizados e esse foi um dos “desenvolvimentos mais importantes na região desde a eclosão da insurgência em 1989 ou os testes nucleares da Índia e do Paquistão em 1998” (Lalwani e Gayner, 2020).

De acordo com Rather *et al.* (2020), o artigo 370 foi promulgado em 1949 e indicava uma emancipação do governo, uma Constituição separada da indiana e liberdade para tomar decisões em algumas áreas, exceto em assuntos de defesa e relações exteriores. Com a revogação, esse território seria uma anexação da Índia e não teria mais os direitos constitutivos. A negação das poucas liberdades que a população da Caxemira tinha desencadeou protestos no território, além de ter proibido reuniões públicas e ocorrido cortes em redes de comunicação (Rather *et al.*, 2020).

Os autores ainda inteiram que “o BJP no poder, com mandato político de 2019, há muito tentava revogar o mandato de J&K (Jammu e Caxemira) estatuto especial, alegando que encorajava o separatismo, a militância, a corrupção e o subdesenvolvimento” (Lalwani e Gayner, 2020, p. 13, tradução nossa)³². Todavia, esse acontecimento não comoveu as potências que se relacionam com a Índia, mas os jornais, como a BBC (2021), relataram a revogação como uma decisão política que gerou uma reação drástica da população.

Modi acreditava que a revogação promoveria a igualdade e a unidade do país, ao mesmo tempo em que possibilitaria o desenvolvimento socioeconômico de Jammu e Caxemira (Lalwani e Gayner, 2020). Lalwani e Gayner (2020) expõem em seu relatório que a população da Caxemira foi repreendida pelo governo indiano. Em suma, com medo de uma incidência de grupos terroristas no local, a repressão foi grande, com toques de recolher, prisões preventivas e corte de canais de comunicações. Visto isso,

As proibições de reuniões públicas tornaram a organização do grupo visível e arriscada, o blecaute de comunicações inibiu a coordenação e as prisões em massa de cerca de 3.800 suspeitos de atirar pedras e “criminosos” sob a lei *Public Safety Act* separaram efetivamente os organizadores locais de sua base. Entretanto, as detenções políticas negaram aos líderes separatistas a capacidade de inspirar a ação de massas e aos principais líderes políticos a

³² No original: “The ruling BJP, empowered with a 2019 political mandate, had long sought to revoke J&K’s special status, contending that it abetted separatism, militancy, corruption, and underdevelopment.”

capacidade de fornecer cobertura política, sufocando efetivamente a mobilização de massas. (Lalwani e Gayner, 2020, p. 14, tradução nossa)³³.

A revogação da autonomia da Caxemira foi um marco que ocasionou em prisões de civis, de acordo com o *Indian Press Report* (2021). Segundo pesquisas do jornal, o estatuto especial que foi submetido à Caxemira gerou manifestações sem precedentes e 30 dias após a revogação, 290 pessoas foram apreendidas dentro da *Public Safety Act*, sendo 250 habitantes da região separatista. Já sob a lei *Unlawful Activities (Prevention) Act*, os números superaram 250 casos e isso se deve a ampliação na definição de ações terroristas.

A decisão de expandir as leis antiterroristas levou à designação de indivíduos e grupos como “terroristas, imposição de restrições e detenções baseadas nessas designações, aumento das forças de segurança indiana na região, além de imposições de restrições à comunicação em certas áreas para controlar a disseminação de informações (*Indian Press Report*, 2021).

Pessoas foram detidas nos protestos contra a mudança do *status* da região, como também houve prisões após a decisão. O jornal BBC (2021) realizou uma matéria sobre um ativista caxemir que foi preso por forças regulares indianas. Em 2021, o ativista Khuram Parvez foi detido antes de uma viagem para a Suíça por desobedecer a lei *Unlawful Activities (Prevention) Act*, que foi acusado por “conspiração criminoso”, “tentativa de guerra contra o governo” e “arrecadação de fundos para atos e organização terrorista”. Segundo a lei, o criminoso que a infringia não precisa de uma acusação formal e poderia ser preso por até dois anos. No caso de Parvez, organizações internacionais de direitos humanos e o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas pressionaram o governo indiano a libertá-lo, o que ocorreu somente 76 dias depois de sua prisão (BBC, 2021).

Outro caso de opositores ao governo indiano foi noticiado pelo jornal *Al Jazeera* (2023), especificamente o caxemire Fahad Shah foi acusado de “glorificar o terrorismo” e “espalhar notícias falsas” em uma de suas publicações. O artigo em questão foi publicado em 2011 no jornal *Kashmir Walla* juntamente com Abdul Aala Fazili, coautor da obra e estudante da Universidade da Caxemira, que supostamente discorria sobre a dominação indiana e autonomia da região. Ademais, houve uma mobilização dos jornalistas do país nas redes sociais para a soltura dos dois jornalistas que foram aprisionados sob a lei *Unlawful Activities (Prevention) Act* (UAPA), porém, apenas Shah foi solto.

³³ No original: “Prohibitions on public gatherings rendered group organization conspicuous and risky, the communications blackout inhibited coordination, and mass arrests of some 3,800 suspected stone pelters and “miscreants” under the Public Safety Act effectively separated local organizers from their base. Meanwhile, political detentions denied separatist leaders the ability to inspire mass action and mainstream political leaders the ability to provide political cover, all effectively stifling mass mobilization.”

O ator securitizante, no caso o Modi, apresentou uma ameaça existencial que precisou ser combatida. Essa apresentação é chamada de discurso de urgência, pois se nada tivesse sido feito para enfrentar o fenômeno do terrorismo, a sobrevivência da população da Caxemira permaneceria em risco. Assim, o objeto referente pertence ao setor societal, já que se trata de uma comunidade.

Outro ponto que a Escola de Copenhague trata é a existência de uma audiência que legitima o discurso e as medidas que são adotadas após o ato de fala do agente securitizante (Buzan, Waever e Wilde, 1998). Pode-se perceber que o ato de fala de Modi é acatado pelos oficiais das forças de segurança indiana, uma vez que eles possuem o poder de deter os civis da Caxemira suspeitos de serem terroristas ou fazerem parte de um grupo violento.

Nota-se que, anterior à independência e à partilha de terras na Índia, já havia grupos terroristas que perpetravam ataques contra autoridades e líderes políticos (Chandra *et al.*, 2015). Com o tempo, o terrorismo no país associou-se aos movimentos separatistas e grupos fundamentalistas islâmicos, em decorrência do fator da guerra indo-paquistanesa e a questão identitária dos muçulmanos, que não se identificam com a cultura indiana (SATP, 2023; GTD, 2023; Sil, 2010).

Ademais, o momento na história da Índia que teve mais incidência de ataques foi na década de 1990 (ver Figura 1). Dessa maneira, o terrorismo foi apresentado como uma ameaça, principalmente para os civis, sendo assim, naturalmente surgiram mais leis que ajudassem na aplicação das normas jurídicas no embate contra esse quesito (GTD, 2023; Baydas *et al.*, 2018).

O processo de securitização pode ser identificado com base nas medidas tomadas pelo primeiro-ministro, Narendra Modi. Desde que assumiu o cargo, em 2014, ele flexibilizou o conceito nas normas antiterroristas, assim, as forças indianas tiveram maior liberdade de exercer poder sobre a população em geral, mas predominantemente em civis da Caxemira. Em vista disso, a securitização do terrorismo é a teoria usada para estudar o discurso sobre a proteção da juventude da Caxemira e das medidas extraordinárias que são: a revogação do artigo 370 e as leis antiterroristas usadas como método de reprimir os dissidentes no Vale.

Portanto, a administração autoritária de Modi ampliou a definição de terrorismo por meio dessas leis, justificando a proteção da população indiana, porém, usou as mesmas contra os civis da Caxemira. Visto os casos do ativista de direitos humanos, do jornalista separatista caxemires e dos diversos casos de prisões sob as leis em questão, as medidas não foram usadas contra os verdadeiros perpetradores do terrorismo nesse local. Assim, os grupos fundamentalistas que são apresentados na Figura 3, sendo esses extraídos do GTD (2023), e os grupos apresentados pelo SATP (2023) não são os alvos de Narendra Modi. Esses grupos

apresentam uma ameaça maior para a sociedade, mas a contenção de críticas internas foi usada para legitimar o a ampliação das leis perante as forças de segurança indiana e esses fazerem as prisões de terroristas suspeitos dentro do território caxemire.

CONCLUSÃO

Levando em consideração as inferências feitas sobre a teoria da securitização elaborada pela Escola de Copenhague, ficou comprovado que o primeiro-ministro da Índia securitizou o terrorismo, por meio do discurso proferido em uma rede social. Narendra Modi introduziu a ameaça do terrorismo à juventude da Caxemira, região que possui grupos terroristas separatistas e fundamentalistas islâmicos.

Faz parte da teoria da securitização a legitimação do uso de métodos extraordinários para evitar o agravamento do problema. Sendo assim, as medidas extraordinárias foram legitimadas pelos agentes de segurança do governo, pois esses oficiais acataram o discurso e prenderam civis da Caxemira que fizeram manifestações.

O objetivo desse trabalho foi analisar um caso específico à luz da teoria da securitização. A hipótese apresentada foi confirmada, isto é, foi perceptível que Modi, em seu ato de fala, legitimou a revogação de um artigo e a ampliação das leis antiterroristas para proteger a juventude caxemir, visto que a região possui diversos grupos terroristas que surgiram e provocaram ataques sem precedentes na Caxemira a partir da década de 1990 e 2000.

No primeiro capítulo, o objetivo foi explicar o arcabouço teórico que seria usado no estudo de caso. Foi apresentado os conceitos de terrorismo e as dificuldades de definir esse fenômeno, assim como as duas definições escolhidas para abordar nos outros capítulos. Ao final, explicou-se como foi trabalhado a teoria da securitização em outros estudos de casos e a maneira com que seria usada essa perspectiva na pesquisa sobre a Caxemira.

Foi proposto no segundo capítulo deste trabalho a apresentação do contexto histórico da Índia e do caso da Caxemira, região disputada entre indianos e paquistaneses. Por conseguinte, a história de combate estatal contribuiu para o surgimento de grupos terroristas financiados pelo governo paquistanês durante a guerra contra a Índia e organizações radicais afegãs. Além disso, foram apresentados alguns grupos terroristas separatistas que contribuíam para a incidência desses ataques na Índia e na Caxemira e quais foram os tipos, alvos e grupos perpetradores desde a década de 1970.

O terceiro capítulo abordou as leis antiterroristas que existem para conceituar o terrorismo dentro da estrutura jurídica indiana. Em seguida, apresentou a evolução de Narendra Modi dentro da política de seu país. Assim, Modi realizou um discurso em suas redes sociais que contou com a elevação do setor societal para o *status* de segurança, justificando a adoção de medidas rápidas para impedir que o objeto referente tenha a sua existência ameaçada.

Em relação à revogação do artigo 370 e às leis ampliadas, o processo legitimado pelos agentes governamentais não visou à punição dos grupos terroristas presentes na região da Caxemira, mas a pessoas contrárias a administração de Narendra Modi. Embora esses grupos apresentem uma ameaça significativa, como é perceptível pelos dados do GTD, os problemas internos foram percebidos com maior prioridade pelo ator securitizador, Narendra Modi.

A pesquisa foi importante para entender o uso da teoria da Escola de Copenhague em um caso importante e recente. É relevante apontar também que o trabalho foi limitado pela falta de informações sobre alguns grupos, por exemplo, o GTD não apresenta quais grupos siques são separatistas, e a escassez de artigos e obras sobre o terrorismo em tempos recentes.

Futuramente, a pesquisa poderá ser ampliada para uma investigação dos outros grupos terroristas que atuam nesse território, por exemplo, analisar os grupos separatistas de Assam e Punjab e a razão pelo qual o governo indiano adotou métodos diferentes com tais movimentos. Outro ponto é a análise da opinião dos caxemires em relação ao governo indiano, visto que decisões feitas, como a revogação da autonomia do território, mudou a conjuntura jurídica da Caxemira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mariana. O Legado da Partilha da Índia e Paquistão. **Malala**, v. 5, n. 8, p. 36-53, set. 2017.
- AMUY, B. **A Guerra por Procuração entre Índia e Paquistão (1947- 2010): do Início da Procuração à Reestruturação da Estratégia**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.
- BAYDAS, Lana. Civic space in India: Between The National Security Hammer And The Counterterrorism Anvil.” Counterterrorism Measures And Civil Society: Changing the Will, Finding the Way. **Center For Strategic And International Studies**, v. 1, n. 3, p. 61–72, 2018.
- BOSE, Sumantra. **Kashmir: roots of conflict, paths to peace**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- BUTT, Ahsan. Secession and Security: Explaining State Strategy Against Insurgents. **Journal of Asian Security and International Affairs**, v. 7, n. 1, p. 126-129, 2017.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BUZAN. Barry; WEAVER. Ole; WILDE. Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CHANDRA, B.; MUKHEJEE, M.; MUKHERJEE, A.; MAHAJAN, S.; PANIKKAR, K.N. **India’s struggle for Independence: 1857-1947**. Penguin Random House India, 2016.
- CRENSHAW, Martha. The Causes of Terrorism. **Comparative Politics**, v. 13, n. 4, p. 379-399, jul. 1981.
- DUQUE, Marina Guedes. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 459-501, 2009.
- GANGULY, R. India, Pakistan and Kashmir Dispute. **Asian Studies Institute and Centre for Strategic Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 1998.
- GANGULY, S. Kashmir, Caught in the Middle. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 59, n. 4, p. 25-28, 2014.
- GERRING. John, What is a case study and what is good for? **American Political Science Review**, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.
- GRAY, C. Irregular Warfare: One Nature, Many Characters. **Strategic Studies Quarterly**, v. 1, n. 2, p. 35-57, de-mar 2007.
- HARSHE, Rajen. India-Pakistan Conflict over Kashmir: Peace through Development Cooperation. **South Asian Survey**, v. 12, n. 47, 2005, p. 47-60.

JAFFRELOT, Christophe. **Modi's India: Hindu Nationalism and the rise of ethnic democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

JUNIOR, Edson Neves. O Paquistão e o terrorismo transnacional na Caxemira: entre o petrocínio real e a punição virtual (1989-2009). **Conjuntura Austral**, v. 1, n. 2, p. 36–55, 2010

KAHN, Y. **The Great Partition: The Making of India and Pakistan**. Londres: Yale University Press, 2017.

KASHMIRI journalist Fahad Shah walks out of jail after 600 days. **Al Jazeera**, 23 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/11/23/kashmiri-journalist-fahad-shah-walks-out-of-jail-after-600-days>>. Acesso em: 30 out. 2023.

KHURRAM Parvez: Kashmiri rights activist arrested under anti-terror law. **BBC NEWS**, 23 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-india-59383554>>. Acesso em: 25 out. 2023.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LALWANI, P. GAYNER, G. India's Kashmir Conundrum:: Before and After the Abrogation of Article 370. **US Institute of Peace**, n. 473, p. 3-16, ago. 2020.

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Methods. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 65, n. 3, p.682 – 693, set. 1971.

MODI, Narendra. (narendramodi). Youth of Jammu and Kashmir want peace and development. 3 fev. 2019, 1:28.

MUKHERJEE, Kumal. The Kashmir Conflict in South Asia voices from Srinagar. **Defense and Security Analysis**, v. 30, n. 1, p. 44-54, 2014.

HUMAN Rights, Terrorism and Counter-Terrorism. Office of the United Nations. **High Commissioner for Human Rights**. Geneva, 2008. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/publications/fact-sheets/fact-sheet-no-32-terrorism-and-counter-terrorism>.

OLIVEIRA, Guilherme. **A securitização do terrorismo internacional após 11 de setembro de 2001: o caso da África** (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

OLIVEIRA, Luciana. **Os efeitos políticos da securitização internacional do terrorismo pós-11/09: o caso da Organização de Cooperação de Xangai** (Mestrado de Política Internacional) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

RATHER, T. *et al.* Abrogation of Article 370 of the Constitution of India: Socio-Economic and Political Implications on Jammu and Kashmir. **International Journal of Research and Analytical Reviews**, v. 7, n. 3, p. 501-517, 2020.

ROBB, Peter. On the Rebellion of 1857: A Brief History of an Idea. **Economic and Political Weekly**, v. 42, n.19, p. 1969-1702, mai. 2007.

ROGERS, Paul. "Terrorism". In: **Security studies: an introduction**. London and New York: Routledge, 2008.

SAINT-PIERRE, Héctor L. 11 de setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de estado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 9-26, jan./mar. 2015.

SAKTHIVEL, P. The Indian Journal of Political Science. **Indian Political Science Association**, v. 71, n. 1, p. 153-162, 2010.

SHOFIELD, Victoria. **Kashmir in Conflict: India, Pakistan and the Unending War**. Bloomsbury Academic, 2003.

SHUKLA, P. **Money in the Bank: Lessons Learned from Past Counterinsurgency (COIN) Operations**. RAND Corporation, 2007.

SIL, S. Kashmir and the Problem of Terrorism: the Response of the Indian State. **Jadavpur Journal of International Relations**, v. 14, n. 1, p. 56-75, 2010.

SITAPATI, Vinay. **The BJP before Modi**. Digital Edition, Penguin Viking, 2020.

START (National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism). Global Terrorism Database 1970 – 2020. 2023.

START (National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism). Global Terrorism Database, ago. 2021.

TANNO. Grace, A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003.

WAIKAR, Prashant. Reading Islamophobia in Hindutva: An Analysis of Narendra Modi's Political Discourse. **Islamophobia Studies Journal**, v. 4, n. 2, mar-jun. p. 161–180, 2018.

WHY has Maoist violence subsided in India? **Deutsche Welle**, jan. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/why-has-maoist-violence-subsided-in-india/a-64292819>>. Acesso em: 30 nov.2023.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Milena Rezende Nogueira do Curso de Relações Internacionais matrícula 20201004300181 telefone: (62)999575614 e-mail milena.nog@hotmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A securitização do terrorismo na Caxemira: um estudo de caso sobre o discurso de Narendra Modi, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 06 de dezembro de 2023.

Assinatura do(s) autor(es): Milena Rezende Nogueira

Nome completo do(s) autor(es): Milena Rezende Nogueira

Assinatura do professor orientador: _____



Nome completo do professor orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado